

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- MESTRADO E DOUTORADO -

Aldo Roberto Boose

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO E SUAS
REPERCUSSÕES SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS
NO BRASIL

Santa Cruz do Sul, janeiro de 2009.

ALDO ROBERTO BOOSE

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO E SUAS
REPERCUSSÕES SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS
NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mário Riedl

Santa Cruz do Sul, janeiro de 2009.

*Ao meu atencioso orientador, prof. Mário Riedl;
A todos os professores do curso que me fizeram crescer;
A UNIFIN que me incentivou financeiramente;
Ao meu companheiro Eng. Cláudio Rissone.*

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o de analisar a relação entre o crescimento acelerado das instituições privadas de ensino superior no país e a política educacional do governo federal no período 2001 – 2005. Para tanto, foram analisados documentos pertinentes do governo federal (dados do MEC e INEP), a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, entre outros documentos. Concluiu-se que o significativo crescimento das instituições privadas de ensino superior foi resultado de uma política educacional do governo federal, implantada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e ampliada pelo Governo Lula, de incentivo e ampliação do crédito educativo, o que viabilizou o incremento das vagas nas instituições privadas. Ao mesmo tempo, as instituições públicas de ensino superior, no período analisado, experimentaram severas restrições nos seus orçamentos e dificuldade na reposição e ampliação dos seus quadros docentes e técnicos administrativos, o que provocou um congelamento na expansão de vagas nos cursos oferecidos por essas instituições. Finalmente, discute-se a questão da expansão do ensino superior no país e a qualidade do mesmo.

Palavras-chave: educação superior, políticas educacionais, financiamento educacional.

ABSTRACT

The objective of this dissertation was to analyze the relationship between the rapid growth of private universities in Brazil and the educational policy of the federal government along the period of 2001-2005. Thus, institutional documents of the federal government (MEC and INEP), the 1988 Brazilian Constitution, the Law of Diretrizes e Bases da Educação were analyzed. We concluded that the significant growth of the private institutions was the consequence of an educational policy of the federal government, implemented by the government of Fernando Henrique Cardoso and reinforced by the Lula government, consisting of incentives and enlargement of the educational credit, which allowed the significant increase of vacancies in private institutions. At the same time, the public institutions, in the same period, were submitted to severe budget restrictions and obstacles to substitute or amplify their staff (professors and administrative personnel), which resulted in a freeze in the vacancies expansion in these institutions. Finally, we discuss the issue of the higher education expansion in Brazil and its quality.

Key-words: higher education, educational policies, educational financing.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
ABRUEM	Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais
AGCS	<i>Avon Grove Charter School</i>
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Comissão Especial de Avaliação da Educação
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de educação
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONED	Congresso Nacional de Educação
DA's	Diretórios Acadêmicos
DCE's	Diretórios Centrais dos Estudantes
Deaes	Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior
ENC	Exame Nacional de Cursos
EPT	Educação Para Todos
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Financiamento Estudantil
FONDEP	Fórum Nacional em defesa da Escola Pública
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
INEP	Instituição Nacional de Ensino e Pesquisa
ITA	Instituto Técnico da Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases

MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEC-Usaid	Ministério da Educação e Cultura e <i>United States Agency for International Development</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPPs	Parcerias público-privadas
ProUNI	Projeto Universidade para Todos
RJU	Regime Jurídico Único
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEEC	Secretaria do Estado de Educação e Cultura
SEMESP	Sindicato das Instituições Paulistas
SESu	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do ensino Superior
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

1 - Classificação das IES – Públicas e Privadas	30
2 -Número de Alunos Matriculados e Formados na Rede Superior Pública e Privada no Brasil. Fonte: MEC 2007	32

LISTA DE MAPAS

1 - Número de instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil por regiões em 2005. Fonte: MEC/Inep/Deaes, 2007	31
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

1 - Composição percentual do número do alunos matriculados em instituições de ensino superior no Brasil - 2001 á 2007. Fonte: MEC 2007	33
2 - Composição percentual do número do alunos formados em instituições de ensino superior no Brasil - 2001 á 2007. Fonte: MEC 2007	34
3 - Taxa de crescimento de alunos matriculados em instituições de ensino superior públicas - 2001 á 2007	35
4 - Taxa de crescimento de alunos matriculados em instituições de ensino superior privadas - 2001 á 2007	36
5 - Taxa de crescimento de alunos formados em instituições de ensino superior públicas - 2001 á 2007	37
6 - Taxa de crescimento de alunos formados em instituições de ensino superior privadas - 2001 á 2007	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	17
1.1 Do império à atualidade: marcas de continuidade na história das universidades	18
1.2 Católicos, liberais e positivistas: projetos contraditórios para as universidades	19
1.3 Ditadura imprime suas marcas via reforma universitária	20
1.4 Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história	22
2 ANÁLISE DE DADOS DO MEC E INEP REFERENTES A INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NOS ANOS 2001 A 2005	29
2.1 Instituições de ensino superior que mais cresceram no Brasil por regiões	30
2.2 Análise da constituição federal/88 - instituições de ensino superior	41
2.3 Análise da LDB - instituições de ensino superior	44
2.3.1 As instituições	45
3 EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	48
3.1 Crescimento x Qualidade na educação	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

O objetivo central da presente dissertação é o de analisar o crescimento desordenado das instituições de ensino superior no país, especialmente no que se refere às instituições privadas, no período de 2001 a 2005. A expansão do ensino superior privado no Brasil foi muito expressiva no período estudado, ocupando um espaço não atendido pelas instituições públicas. Segundo dados do MEC, o total de alunos matriculados em instituições privadas de ensino superior chegou a 73% do total.

Esse crescimento das instituições de ensino superior pode ser mensurado através do número de alunos matriculados e diplomados a cada ano, o que será demonstrado a seguir.

Existe um consenso generalizado no Brasil, de que o ensino superior apresenta problemas de diversas ordens, porém escassas têm sido as iniciativas oficiais para superá-los.

A qualidade do ensino é o principal deles. Existem universidades públicas e privadas de excelente qualidade, ao lado de instituições reconhecidamente limitadas. Os sucessivos exames nacionais de avaliação aplicados pelo MEC, que tem como objetivo precípua avaliar a qualidade do ensino proporcionado pelas instituições públicas e privadas, servem de parâmetro para atestar a baixa qualidade do ensino oferecido por inúmeras instituições. Esses exames que teoricamente deveriam ser instrumento legal para credenciar ou descredenciar as instituições de ensino, não tem atendido esse objetivo, seja por razões políticas ou jurídicas.

Outro problema está relacionado ao custo da educação superior no país. As universidades públicas são demasiado caras para o governo, apesar de disporem de orçamentos limitados, o que tem provocado o sucateamento de várias instituições públicas. Já as universidades privadas são demasiado caras para os estudantes, o que no final tem resultado no recrudescimento da desigualdade social e econômica no país. A fim de atenuar o impacto de fatores sócio-econômicos na expansão do ensino superior no Brasil, o governo federal tem ampliado sistematicamente os programas de financiamento da educação superior privada, através de políticas de bolsas de estudos ou programas como o PROUNE e o FIES.

Os conteúdos dos diversos cursos constituem outro problema não resolvido. Dada a excessiva autonomia universitária, o Ministério da Educação não tem o menor controle sobre o conteúdo programático dos cursos, estipulando tão somente currículos mínimos e obrigatórios para cada curso. Isso tem provocado um crescente distanciamento entre as necessidades concretas de crescimento do país e as habilidades profissionais adquiridas pelos egressos das nossas instituições de ensino superior.

O Ensino Superior no Brasil exige do Ministério da Educação uma atenção especial, visto que, com a abertura de um número avassalador de faculdades e de novos cursos, a qualidade educacional tende a cair.

Para o Ministério da Educação o grande desafio agora é oferecer ensino de qualidade, isso significa intensificar a fiscalização dos cursos, das faculdades e também dos professores.

“Pode estar havendo um rearranjo no sistema. Tem havido transferência de mantenedoras”, disse o ministro da Educação, Fernando Haddad¹, sobre fusões ou vendas de instituições que têm ocorrido no sistema particular recentemente. Isso porque é o sistema privado que puxa esse índice, já que ainda representa 69,7% do total dos atuais 20.407 cursos de ensino superior no País. A proporção com relação ao ensino público não tem diminuído. Alguma mudança pode aparecer apenas no censo de 2006, quando forem considerados os números da expansão do ensino superior federal, promovida pelo governo.

Um cenário ainda mais expressivo está em São Paulo, onde o número de instituições cresceu só 3,37% em 2005. A quantidade de vagas oferecidas em vestibulares paulistas aumentou 5%, enquanto no ano anterior tinha crescido 23%. “A situação está difícil. As pessoas não podem pagar o ensino superior, não tem mais candidato”, diz o presidente do sindicato das instituições paulistas (Semesp)².

No entanto, o percentual de brasileiros no ensino superior na faixa etária de 18 a 24 anos ainda está longe do de outros países da própria América Latina e mesmo da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que é de 30%. “Segundo o censo, há 4.453.156

¹ Haddad, Fernando. Folha de São Paulo, 04 de maio de 2007, disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/educacao/ult305u385692.shtml>>

² FIGUEIREDO, Hermes. 2006, disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1385704-5598,00.html>>

universitários no País, o que representa 10,9% da população de 18 a 24 anos. Na Argentina, esse índice é de cerca de 30%; no México, de 15%; na Coreia do Sul e nos EUA, próximo de 50%. Para piorar, 48,5% das instituições de ensino superior do País estão concentradas na região Sudeste”³.

O censo mostra que 1,8 milhões de alunos se formaram no ensino médio em 2005 - menos de 1 milhão do que o total esperado. O ensino superior já oferece 2,4 milhões de vagas, uma situação que era inversa há cinco anos. Em 2000, havia mais concluintes do ensino médio do que vagas no ensino superior. “O estoque represado de concluintes de outros anos está acabando”, diz o diretor de Avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC)⁴.

“Vagas Ociosas - Além disso, há 42,6% de vagas ociosas nas universidades e faculdades - mais de 1 milhão do total. Segundo o especialista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Abílio Baeta Neves, as instituições oferecem vagas a mais do que na verdade prevêm para manter sua rentabilidade ou mesmo para inibir a concorrência”⁵.

“De qualquer modo, cai a cada ano a relação candidato-vaga nos vestibulares. Pelo censo 2005, cada vaga era disputada por 2,1 candidatos; em 1994, era por 3,9. Nas universidades públicas, a concorrência ainda é mais difícil, com 7,4 candidatos por vaga”⁶.

Considerando o crescimento acelerado das instituições privadas de ensino superior no país, o problema de pesquisa para o qual buscasse uma resposta pode ser formulado da seguinte maneira: **Qual a relação entre o crescimento acelerado das instituições privadas de ensino superior no país e a política educacional do governo federal, no período de 2001 a 2005?**

No capítulo 1 tem-se a evolução histórica do crescimento das instituições de ensino superior no Brasil. No segundo capítulo tem-se a análise de dados do MEC e INEP referente a

³ RISTOFF, Dilvo Boyer, 2006, disponível em <http://www.stela.org.br/clipping/portal_sinaes/2006_12_13_3_ig.htm>

⁴ Ibidem, 2006.

⁵ PARAGUASSÚ, Lisandra. abril, 2007, disponível em <http://www.stela.org.br/clipping/portal_sinaes/2006_12_13_3_ig.htm>

⁶ Ibidem, abril, 2007

instituições de ensino superior no Brasil nos anos de 2001 a 2005. No capítulo 3 tem-se a expansão das instituições de ensino superior no Brasil.

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: COMPARATIVO COM O MOMENTO ATUAL

No período medieval, a maioria das pessoas não sabia ler e escrever. Os pobres não tinham acesso à escola e os nobres não precisavam ser alfabetizados para serem cavaleiros e cobrarem os tributos dos servos. Quem estudava e escrevia livros era o clero, especialmente os monges.

O desenvolvimento do comércio e da vida urbana provocou uma revolução cultural. O crescimento urbano estimulou a vida intelectual. Os donos das cidades (comerciantes e artífices), os chamados burgueses, iniciaram uma luta contra a velha cultura dos mosteiros (escolas religiosas dos burgos rurais).

“No século XVIII, por estes motivos houve o triunfo de uma nova instituição: a Universidade. Da mesma forma como esses burgueses criaram suas associações (Guildas e Corporações), eles se associaram e criaram a Universidade (uma espécie de corporação da cultura)”⁷.

A fim de se libertarem do forte poder dos bispos, os burgueses procuraram o apoio do Papa que, nessa época (século XIII), estava querendo impor o seu poder sobre as Igrejas locais dominadas pelos bispos. Ela surgiu em cidades como Oxford (Inglaterra – esta universidade fundada no século XII, é até hoje uma das mais importantes do mundo), Paris (França) e Bolonha (Itália).

Essas universidades eram protegidas pela igreja, por grandes senhores feudais e por moradores ricos das cidades. Os professores da Universidade eram escolhidos entre o clero. São Tomás de Aquino tornou-se, como mestre da universidade, a mais importante figura do pensamento do século XIII.

Nas universidades se estudava Medicina, Direito, Teologia (estudo da Bíblia e das idéias racionais sobre a religião cristã), filosofia. As ciências da natureza não eram muito

⁷ SILVA, Patrícia Barboza da. 2007, disponível em <<http://www.brasilecola.com/historia/cultura-urbana.htm>>

desenvolvidas e nas Universidades praticamente se repetia o que os gregos e os árabes já haviam ensinado. Na Universidade, os problemas da época não eram estudados. Nela, os homens eram preparados para conhecerem o passado e viverem o seu presente sem criticá-lo.

Os estudantes destas universidades eram filhos de nobres vindos de toda Europa. As universidades, portanto, formavam apenas pessoas da elite feudal. Todos os estudos, medicina, direito, artes, ciências, letras e teologia, eram feitos em latim. A língua não era problema para eles, por que todos falavam e escreviam em latim.

O método de ensino era chamado de escolástica. Os alunos estudavam o texto de um grande autor do passado. Por exemplo, os gregos Platão e Aristóteles, interpretados pelos mestres da Igreja Medieval, como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Os alunos e seus mestres faziam comentário sobre o texto e o debatiam. Entretanto nesses debates ninguém questionava o que os grandes autores diziam. A autoridade deles era absoluta. Foi por isso que, séculos mais tarde, a escolástica foi acusada de ser uma forma de estudo dogmática, ou seja, bitolada.⁸

O mais importante de tudo é que as universidades apresentavam uma grande novidade: aos poucos, a vida intelectual ia deixando de ser totalmente ligada à Igreja. O pensamento estava adquirindo autonomia em relação ao clero.

1.1 Do império à atualidade: marcas de continuidade na história das universidades

A vinda da família real para o Brasil transformou o país em sede da coroa portuguesa. Essa mudança impulsionou a implementação de medidas administrativas, econômicas e culturais para estabelecimento da infra-estrutura necessária ao funcionamento do império. A criação das primeiras instituições de ensino superior buscava formar quadros profissionais para os serviços públicos voltados à administração do país. As áreas privilegiadas eram: medicina, engenharia e direito. Em 1808, foram criados os primeiros estabelecimentos de ensino médico-cirúrgico de Salvador e do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro foi cenário de outras iniciativas culturais e científicas, como a criação da Imprensa Régia, da Biblioteca Nacional e dos primeiros periódicos científicos.

Na história da ciência e tecnologia, são as continuidades que chamam a atenção da professora Silvia Figueirôa, especialista em História das Ciências, do Instituto de Geociências da Unicamp. Não teríamos chegado ao desenvolvimento científico e

⁸ SILVA, op. cit. p. 19.

tecnológico que temos hoje se não tivesse sido construída uma tradição em pesquisa desde, pelo menos, o século XVIII. Atravessando o tempo, estão presentes na cultura das universidades atuais, formas de pensar e atuar que marcaram o tempo do império. A forma de buscar o novo nas universidades, por exemplo, ainda é feita muitas vezes à moda de Dom Pedro II. Este, vendo a necessidade de modernizar a ciência e tecnologia brasileira, viajava, se empolgava com o que via na Europa, e trazia modelos e profissionais para reformar as instituições brasileiras. Ainda hoje, buscam-se pesquisadores de outros países, trazendo-os para implantar laboratórios e linhas de pesquisa no Brasil.⁹

A criação de universidades foi amplamente discutida por grupos sociais diversos no país, porém, apenas no século XX surge a primeira universidade brasileira. Apesar das controvérsias históricas, parece ser consensual entre os historiadores que a primeira universidade criada pelo governo federal brasileiro foi a do Rio de Janeiro em 1920, que aglutinou as Escolas Politécnica, de Medicina e de Direito já existentes.¹⁰

Reunir escolas e/ou faculdades já fundadas, tornou-se uma marca do desenvolvimento do sistema de ensino universitário brasileiro. Baseadas na universidade do Rio de Janeiro foram criadas as universidades federais nos estados. A presença de oligarquias na criação das universidades, e os diversos acordos realizados entre o poder federativo e os estados, são apontadas como intimamente relacionados aos diversos caminhos trilhados pelas universidades brasileiras desde a sua criação. Para grande parte dos historiadores, a instauração de muitas universidades significou o desvio de recursos financeiros para os estados, local de prestígio político e de emprego para os filhos das elites.¹¹

1.2 Católicos, liberais e positivistas: projetos contraditórios para as universidades

Para compreender as diferentes posições assumidas na história pelas instituições de ensino superior brasileiras parece ser importante conhecer as principais forças políticas atuantes, seus interesses e projetos. “Roberto Romano da Silva, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, destaca três grupos atuantes no século XIX: a alta hierarquia do clero católico, as lideranças civis liberais e os pensadores positivistas. Estes grupos apresentavam, na opinião do pesquisador, idéias conflitantes sobre o papel da universidade na vida política e social brasileira”¹².

Para a igreja católica, a criação de uma universidade com hegemonia religiosa ajudaria a aumentar os quadros intelectuais a serviço do projeto religioso. A universidade nos moldes católicos privilegiaria disciplinas como: Filosofia, a Tomista, que era adotada oficialmente pela Igreja Católica e que se caracterizava pela tentativa de conciliar o aristotelismo com o cristianismo; Teologia; Direito, com

⁹ VOGT, Carlos. Universidades, 2003, disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/universidades/uni03.shtml>>

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

base na doutrina social da igreja; Letras; Artes; e, quem sabe no futuro, alguns poucos setores tecnológicos. Já os liberais definiam um programa totalmente diverso dos católicos, privilegiando os setores jurídicos de estudo, as áreas humanísticas e a medicina. O projeto seria desvinculado de compromissos religiosos e buscaria assegurar as formas de autoridade, e de pensamentos, gerados pela Revolução Francesa e Revolução Industrial.¹³

Os positivistas, defendiam idéias contrárias às duas posições anteriores argumentando que "o Brasil não precisava de universidades, mas de ensino fundamental para as massas, sobretudo no campo tecnológico. Nessa perspectiva, seria um absurdo a preocupação com o ensino universitário quando "tudo ainda estava por fazer, entre nós, em matéria de ensino primário e secundário", comenta Romano citando Pereira Barreto, um grande nome da ala positivista de 1880. Para os positivistas, o controle das universidades pela igreja prejudicaria o advento da idade científica e técnica no Brasil, e se fossem dominadas pelos liberais, transformariam o país em uma anarquia social e política, com os devaneios metafísicos que imperaram na Revolução Francesa. Defendiam, por sua vez, a criação de escolas técnicas e científicas que ensinassem as leis da natureza, e os meios de aproveitá-las em favor da humanidade"¹⁴.

Para Romano, o debate sobre a universidade e sua inserção na vida social ainda mantém, atualmente, as grandes linhas dessas doutrinas: "o problema da passagem da ciência à técnica, e a educação das massas populares (ensino fundamental versus ensino universitário), permanecendo o desafio de compatibilizar as garantias individuais e as necessidades coletivas, na sociedade e no Estado".¹⁵

1.3 Ditadura imprime suas marcas via reforma universitária

A reforma universitária, gestada pelo governo militar em 1968, é considerada um grande marco na história das universidades brasileiras. O objetivo da reforma era “modernizar a universidade para um projeto econômico em desenvolvimento, dentro das condições de “segurança” que a ditadura pretendia para si e para os interesses do capital que o representava”.¹⁶ A Lei 5540/68 introduziu a relação custo-benefício e o capital humano na

¹³ VOGT, op cit. 2003.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem.

educação, direcionando a universidade para o mercado de trabalho, ampliando o acesso da classe média ao ensino superior e cerceando a autonomia universitária.

Diversas medidas foram tomadas para alcançar tais metas, entre elas: a unificação do vestibular por região; o ingresso por classificação; o estabelecimento de limite no número de vagas por curso; a criação do curso básico que reunia disciplinas afins em um mesmo departamento; o oferecimento de cursos em um mesmo espaço, com menor gasto de material e sem aumentar o número de professores; a fragmentação e dispersão da graduação; o estabelecimento de matrícula por disciplina. Em 1971, foi promulgada a Lei 5692 que instituiu também a reforma do ensino fundamental, com mudanças que determinaram, por exemplo, a extinção das disciplinas de Geografia e História que foram substituídas pelo ensino de Estudos Sociais. Entre os resultados obtidos com as políticas implementadas os pesquisadores apontam: a diminuição na qualidade do ensino fundamental público, com a respectiva valorização do ensino particular, e a conseqüente elitização do ensino universitário, que impede até hoje o acesso de grande parte da população à universidade pública.¹⁷

Mas algumas medidas tomadas, com o decorrer dos anos, resultaram em verdadeiras inversões nos objetivos iniciais das reformas do ensino superior no país determinadas pelo regime militar. “Na Bahia, as faculdades criadas no interior foram equívocos que acabaram dando certo. Após dez anos de extensas negociações e luta dos docentes, as faculdades foram transformadas em universidades estaduais e foram criadas as licenciaturas plenas em História e Geografia. Criadas para satisfazer o mecanismo de formação de profissionais da ditadura e promover a extensão do poder governamental pelo interior da Bahia, as faculdades impediram a migração de jovens para outras capitais e a expansão do ensino particular no interior da Bahia, promovendo o fortalecimento do ensino superior de caráter público no estado”.¹⁸

A Universidade de Brasília (UnB) também traz em sua história profundas marcas da política de desenvolvimento que imperou durante a ditadura. Em contraposição aos modelos até então existentes de universidade, na década de 60 a UNB surge com uma proposta, idealizada por Darcy Ribeiro e Frei Mateus Rocha, que buscava criar a universidade necessária para uma nação independente: mais democrática e com maior autonomia. A "universidade necessária" ficou no projeto, visto que a "universidade construída" durante o regime militar foi bastante diferente. Duramente atacada, a UnB tornou-se por meio do movimento estudantil e docente um importante foco de resistência à ditadura na própria capital da República.

¹⁷ VOGT, op cit. 2003.

¹⁸ Ibidem.

Se por um lado as universidades foram consideradas focos de subversão, e a função da reforma era erradicar qualquer possibilidade de contestação, por outro lado também ocorreu uma expansão das universidades, e a reforma deveria atender aos projetos estratégicos dos militares que, sob influência da Guerra Fria, pretendiam transformar o Brasil em "potência". As universidades que tinham fortes vínculos com o governo passaram por uma modernização com ênfase na pesquisa tecnológica e na ligação com o setor produtivo. A relação entre laboratórios de pesquisa, desenvolvimento e a segurança nacional é ressaltada, e a universidade torna-se responsável pelo aumento do "capital humano". Em todo o país, estudantes e professores buscam reorganizar suas entidades representativas e denunciam a transformação da universidade numa instituição muito mais estatal do que pública. Uma das grandes bandeiras de luta que surge nessa época é a autonomia universitária.¹⁹

O tempo passou... Constituição de 1988, nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e a comunidade universitária no Brasil ainda discute questões que remetem ao tempo da ditadura, e sua bandeira de luta também ainda parece hasteada no mastro das agendas universitárias.

1.4 Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história

A reforma do ensino superior no Brasil tem dado muita polêmica e é alvo de inúmeras críticas.

No período colonial, existiam no Brasil apenas cursos superiores de Filosofia e Teologia oferecidos pelos Jesuítas, pois Portugal impedia o desenvolvimento do ensino superior nas suas colônias, temendo que os estudos pudessem contribuir com os movimentos de independência.

Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, a partir de 1808, o ensino superior passou a existir em instituições formais, inicialmente oferecendo cursos de engenharia (academia militar), medicina (cátedras de cirurgia e anatomia) e belas artes, gratuitos e financiados com o "Quinto da Coroa", imposto cobrado sobre os produtos exportados do Reino e das colônias. No Brasil Império, a expansão do ensino superior ocorre de maneira muito lenta, através do surgimento de cursos isolados em várias áreas, já que o modelo econômico agro exportador não necessitava de profissionais com formação superior.

Com a proclamação da República, as discussões sobre a Educação, especificamente sobre as universidades, surgem com mais força. Os deputados constituintes queriam criar essas instituições em Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, mas esbarraram-se, desde então, com problemas de ordem financeira, devido a maior parte da receita ser destinada ao pagamento de dívidas.

Contudo, e em decorrência da industrialização e urbanização, surge pela primeira vez no Brasil uma ação planejada visando à organização nacional da educação. Com a Era Vargas, em que pese às dificuldades, segundo Aranha (1996, p. 201): "Os decretos de Francisco Campos imprimem uma nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda ao benefício da comunidade".

Neste período, cria-se o Ministério da Educação e Saúde (1930), o Conselho Federal de Educação, o ensino secundário e o comercial. Também se organiza e criam-se

¹⁹ VOGT, op cit. 2003.

universidades, destinando-se da arrecadação dos impostos percentual para financiar a educação”²⁰.

Com o fim do Estado Novo e a retomada do Estado de direito, a constituição de 1946 reflete o processo de redemocratização do país, garantindo os direitos individuais de expressão, reunião e pensamento”²¹.

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder (1950-1954), algumas medidas foram adotadas para equivalência dos cursos profissionais a secundário, para que fosse possível a progressão no sistema educacional, sendo tais medidas ampliadas na LDB 1961”²².

Em resumo, o “populismo” com a “federalização” foi responsável pela ampliação do ensino superior gratuito e pela criação das universidades federais que hoje existem no país. Inclusive no segmento militar, com a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1947, que significou uma inovação acadêmica, seguindo os padrões dos EUA. O modelo do ITA influenciou na modernização do ensino superior no Brasil, principalmente na criação da Universidade de Brasília. A Universidade de Brasília foi criada com o intuito de atender a necessidade de formar para burocracia governamental de especialistas bem qualificados, além de servir como modelo, criando um paradigma moderno para o ensino superior tal qual o ITA, mas só que mais amplo, abrangendo mais áreas do conhecimento que pudessem influenciar nos rumos das universidades do país”²³.

Surge à necessidade de modernização das universidades e o estímulo à formação do docente-pesquisador (principalmente na USP desde a sua criação) foram criadas, na década de 40: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e as agências governamentais, CNPq e Capes.

Desde a redemocratização do país em 1946 é retomada a luta dos “pioneiros da educação nova”. Em 1948 é apresentado pelo ministro Clemente Mariani um anteprojeto da LDB à Câmara dos Deputados que era de orientação liberal e descentralizadora. Por ter sofrido grande oposição, liderada por Gustavo Capanema, que defendia o controle da educação pela União, o projeto foi “engavetado” e só retomado em meados da década seguinte com a apresentação de substitutivos por Carlos Lacerda, sob orientação privatista. O processo de aprovação desta LDB foi longo e conflituoso, só sendo aprovada (Lei nº. 4.024) junto com o substitutivo Lacerda, em 20 de Dezembro de 1961.

²⁰ FIGUEIREDO, op. cit. 2005.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ Ibidem. p. 25.

O conflito desencadeou uma verdadeira “Campanha em Defesa da Escola Pública”, encampada principalmente pela UNE e os movimentos populares de base. Estes movimentos, juntos com intelectuais, foram quem realmente apresentaram inovações para educação e cultura, como: Centros Populares de Cultura da UNE, o Movimento de Educação de Base da CNBB, o Método de Alfabetização de 40 horas de Paulo Freire, entre outras iniciativas²⁴.

Com o Golpe militar de 1964, todas estas iniciativas foram desativadas. E a bandeira da Reforma Universitária, defendida pelo Movimento Estudantil foi incorporada pelo Estado, mas de maneira desvirtuada. A tendência do controle privado do ensino público, que já podíamos observar com a aprovação da LDB de 1961, principalmente no substitutivo Lacerda de caráter liberal, vetando o monopólio do ensino pelo Estado e defendendo a iniciativa privada, são ampliadas pelo regime militar e sustentada até os dias atuais.

Durante a ditadura militar a educação sofreu duas grandes reformas, em 1968 e 1971, precedidas porém pelos acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e *United States Agency for International Development*) onde o Brasil receberia apoio técnico e financeiro para implementar as reformas. Sendo que tais reformas visavam atrelar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico dependente de interesse norte-americano, onde para tal são geradas mudanças na LDB.

Outro grande impacto para educação em decorrência do Golpe, foi a reestruturação da representação estudantil, com a “extinção” da UNE, evitando a organização dos estudantes nacionalmente, “permitindo” a atuação dos Diretórios Acadêmicos (DA`s) e dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE`s), mas só no âmbito dos cursos e das universidades, respectivamente, sem exercerem ação política, tidas como subversivas. Ainda para manter sobre controle a juventude brasileira são instituídas, segundo Aranha (1996, p.211), disciplinas de caráter ideológico e manipulador, no caso do ensino superior a disciplina EPB (Estudos de Problemas Brasileiros).

A Lei nº. 5.540/68, “Lei da Reforma Universitária” foi baseada nos estudos do Relatório Atcon (Rudolph Atcon, teórico norte-americano) e no Relatório Meira Matos (coronel da escola superior de Guerra) e aprovada de cima para baixo. A reforma acaba com a

²⁴ FIGUEIREDO, op. cit, p. 25.

cátedra, unifica o vestibular passando a ser classificatório, aglutina as faculdades em universidade, visando uma maior produtividade com a concentração de recursos, cria o sistema de créditos, permitindo a matrícula por disciplina, além de, segundo Aranha (1996, p. 214), a nomeação dos reitores e diretores de unidade (esta agora dividida em departamentos) dispensa a necessidade de ser do corpo docente da universidade, podendo ser qualquer pessoa de prestígio da vida pública ou empresarial.

A reforma ainda fragmenta as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, resultando na criação das Faculdades ou Centros de Educação e ainda desencadeando Segundo Cunha (2000, p. 182) na estruturação das universidades brasileiras em quatro modelos básicos:

- a) a agregação dos departamentos em alguns poucos centros;
- b) a reunião dos departamentos em número maior de institutos, faculdades ou escolas;
- c) a ligação dos departamentos diretamente à administração superior, sem instâncias intermediárias; e
- d) a superposição dos centros às faculdades, aos institutos e às escolas.

As mudanças no ensino superior brasileiro foram muitas e rápidas nos anos 60, até a localização geográfica das instituições foram alteradas, as faculdades públicas situadas nos pontos centrais das cidades foram transferidas para os *campi* no subúrbio, pois consideravam adequado para atenuar e apaziguar a militância política dos estudantes e dificultar a mobilização dos estudantes e organização de manifestações nas áreas centrais das grandes cidades. Enquanto que as faculdades particulares faziam exatamente o inverso.

Mesmo com tantas mudanças no ensino superior brasileiro na década de 60, persiste a seletividade, em decorrência da dualidade do ensino, onde a elite bem preparada ocupa as vagas nas melhores universidades, restando as faculdades privadas de baixo nível para os mais pobres.

Pode-se notar que a partir desta década houve um processo de privatização sem precedentes do ensino no país, caracterizando a educação enquanto um grande negócio, desresponsabilizando o Estado de seu dever, destinando verba pública para a iniciativa privada. Tal posicionamento tem continuidade nas décadas seguintes.

Nunca na história do país foram abertas tantas instituições de ensino superior particulares como nos anos 80 e 90, bem como, praticada a isenção fiscal para empresário da educação, inclusive o “Projeto Universidade para Todos” (ProUNI) aprovado em 13 de setembro de 2004²⁵, por Medida Provisória, pelo atual presidente Lula, segue a mesma lógica.

No Brasil na década de noventa a reforma educacional através da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB)²⁶ e do Plano Nacional de Educação (PNE)²⁷, apresentou-se numa perspectiva de dar forma às políticas neoliberais²⁸, caracterizadas principalmente pela privatização, entendendo esta, como a entrada desenfreada de recursos não-públicos para manter as atividades próprias da universidade.

Estas políticas, segundo Romano (1999), estão fundamentadas no próprio liberalismo, doutrina que pode trazer consigo atitudes libertárias e democratizantes, que se contraponham ao absolutismo, mas pode trazer também teses contrárias a democracia, baseadas na defesa da propriedade privada, mercado soberano e liberdade somente para alguns, “os proprietários”, em detrimento das proposições apresentadas pela sociedade organizada²⁹.

Em decorrência das políticas adotadas na década de 90, principalmente pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Ensino Superior sofreu o impacto do sucateamento das universidades públicas pelos cortes de verbas, a não abertura de concursos públicos para professores e funcionários técnico-administrativos, pela continuidade da expansão do ensino superior privado e das matrículas delas decorrentes, pela destinação de verba pública para as faculdades particulares, pela multiplicação das fundações privadas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e por ausência de uma política efetiva de assistência estudantil³⁰.

Os efeitos sociais provocados por estes ajustes e reformas, impostos pelos agentes financeiros internacionais para proteger interesses econômicos, são brutais e perversos. Pois enormes contingentes populacionais são excluídos e perdem vários benefícios essenciais já citados anteriormente.

²⁵ BRASIL. Medida Provisória (Universidade para todos) n° 213, de 10 de setembro de 2004.

²⁶ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

²⁷ BRASIL. Plano Nacional de Educação de 9 de janeiro de 2001.

²⁸ SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma nova política educacional. São Paulo: Autores Associados, 1998.

²⁹ Brasil. Caderno do III CONED (Congresso Nacional de Educação) realizado em Brasília, 2000 pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FONDEP).

³⁰ FIGUEIREDO, op cit., p. 25.

Contudo, Figueiredo (2005, p.4) pode-se observar que a reforma universitária gestada e implementada na década de 90 no Brasil e prossegue no início do século XXI, encontra-se articulada a outras reformas (Estado, Previdência, Trabalhista e Sindical) para ajustes estruturais e seguem as diretrizes dos organismos multilaterais, sendo elas:

- 1) proliferação das instituições privadas de ensino e as vagas delas decorrentes;
- 2) ofertas do ensino superior, regida basicamente pela demanda do mercado;
- 3) diminuição do financiamento estatal para as universidades públicas,
- 4) incremento das receitas das universidades, através da contribuição dos estudantes e vendas de serviços,
- 5) desenvolvimento das assistências técnicas (consultorias), como nova função acadêmica, vinculando assim a universidade a setores produtivos, em busca de captar recursos privados;
- 6) utilização dos concursos, exemplos vestibulares, como nova forma de acesso a recursos públicos e
- 7) não abertura de concurso público, flexibilizando as formas de contratação (contrato temporário e CLT), acabando, assim, com o funcionalismo público do Regime Jurídico Único (RJU). Com essa medida, criou-se uma dicotomia entre o funcionário público, parte registrada pela CLT e parte pelo regime jurídico único.

É preciso lembrar ainda que a reforma universitária nos moldes propostos pelos organismos internacionais e pelo Governo Federal, ainda não foi implementada na sua totalidade, devido à ação dos movimentos sociais organizados de estudantes, professores e técnicos administrativos. E que infelizmente as proposições do atual governo, pouco diferem do modelo anteriormente adotado.

Afirma-se isto, inicialmente, com base no documento apresentado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, constituído pelo Decreto de 20 de Outubro de 2003, que mantém a perspectiva reducionista de autonomia financeira, desrespeitando o artigo 207 de Constituição Federal, legitimando as fundações privadas nas universidades, diminuição dos recursos públicos via orçamento (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do Estado e ampliação das parcerias e convênios com as instituições privadas, além de propor um “Pacto da Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo”, semelhante à proposta de contrato de gestão do governo FHC.

Bem como, nas propostas e ações do Governo Lula (através de Leis, Projetos de Lei, Medidas Provisórias e Relatórios) que ferem a Autonomia Universitária, desrespeitando o artigo 207 de Constituição Federal. Sendo elas: a) Legalização das fundações privadas nas universidades, através da sua regulamentação (Decreto N° 5.205/2004; b) Estímulo à ampliação das parcerias e convênios com as instituições privadas; c) As Parcerias Público Privado que permitem a destinação de verbas públicas para a iniciativa privada e desta para o setor público; d) O Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, que repassa a responsabilidade de produção de conhecimento para o setor privado; e) O Programa Universidade para Todos – ProUni (MP N° 213), que regulamenta a “compra” das vagas ociosas nas universidades particulares, destinando desta forma verba pública para salvar os empresários deste setor; f) O Projeto de Emenda Constitucional (PEC 217) da Deputada Selma Schons (PT-PR) que prevê a cobrança de impostos a ex-alunos de universidades públicas; e g) O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES (Lei N° 10.861, de 14 de Abril de 2004), que pouco difere do antigo “Provão”, mantendo a utilização de critérios burocráticos e meritocráticos e o *ranqueamento* dos curso³¹.

Devido à política econômica de cortes no orçamento das políticas sociais, nem a retirada dos vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação, de modo a assegurar no mínimo um total de 40% do total das vagas no ensino superior público, foi realizada, apesar de constar no programa que elegeu Lula presidente.

Portanto, a Reforma Universitária do Governo Lula já está sendo implementada à revelia das discussões com a sociedade, de maneira antidemocrática, contrariando os anseios de boa parte dos Movimentos Sociais organizados. O anteprojeto final que ora se apresenta nada mais é que a cartada final para consolidação do ideário neoliberal na educação superior do Brasil.

São necessárias mudanças no modelo universitário hoje apresentado, porém não se pode esquecer que este modelo é resultado da reforma universitária da década de sessenta e principalmente em decorrência do modelo sócio-político-econômico adotado pelo Brasil nas últimas décadas. A reforma universitária hora proposta pelo governo Lula, não contempla as reivindicações dos estudantes, professores e técnicos estando a serviço da manutenção do *status quo*.

³¹ FIGUEIREDO, op cit., p.25.

2 ANÁLISE DE DADOS DO MEC E INEP REFERENTES A INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NOS ANOS 2001 À 2005

As instituições de ensino superior no Brasil têm sido classificadas em públicas e privadas.³²

Privadas: são as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Podem se organizar como:

Instituições privadas com fins lucrativos ou particulares em sentido estrito - instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Instituições privadas sem fins lucrativos, que podem ser:

Comunitárias - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;

Confessionais - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;

Filantrópicas - são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração”.³³

Públicas: são instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podem ser:

Federais - mantidas e administradas pelo Governo Federal

Estaduais - mantidas e administradas pelos governos dos estados

³² Secretaria de Educação Superior disponível em
<<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=category§ionid=1&id=88&Itemid=496>>

³³ Secretaria de Educação Superior disponível em
<<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=category§ionid=1&id=88&Itemid=496>>

Municipais - mantidas e administradas pelo poder público municipal”.³⁴

O quadro abaixo sintetiza a situação das mantenedoras.

Quadro 1 – Classificação das IES – Públicas e Privadas



Fonte: Brasil. Secretaria de Educação e Cultura 2007 . disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=category§ionid=1&id=88&Itemid=496>

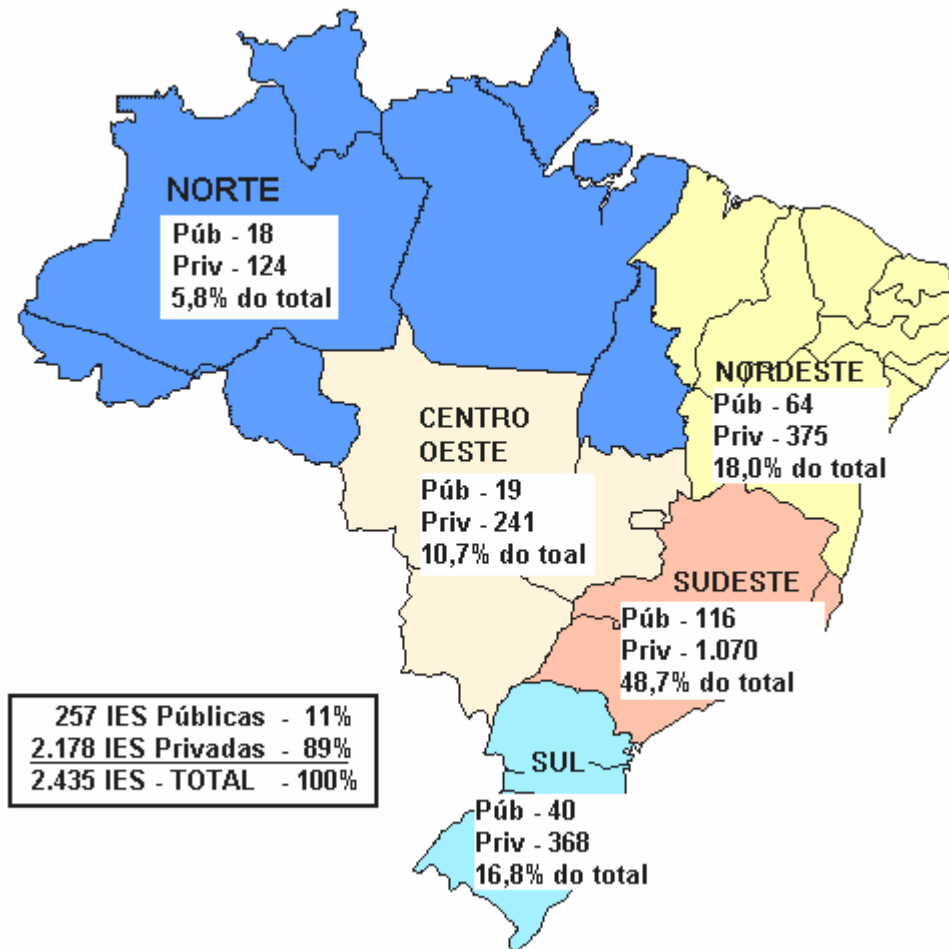
2.1 Instituições de ensino superior que mais cresceram no Brasil por regiões

As instituições de ensino superior, no Brasil, vêm crescendo em ritmo acelerado, especialmente as instituições privadas. Nos anos 70 as instituições públicas ofereciam mais vagas que as instituições superiores privadas, a partir dos anos 90 a situação se inverte.

Em 2005 as instituições privadas eram em maior número que as instituições públicas, como mostra o mapa que segue.

³⁴ Secretaria de Educação Superior, op. cit.

Mapa 01 – Número de instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil por regiões em 2005.



Fonte: MEC/Inep/Deaes, 2007.

Observa-se no mapa 01 que a região sudeste tem maior número de instituições de ensino superior tanto públicas como privadas no Brasil, com 48,7% do total. Sendo 116 instituições de ensino superior pública e 1.070 de instituições de ensino superior privadas. Em segundo lugar está o nordeste com 64 instituições de ensino superior públicas e 375 instituições de ensino superior privadas, correspondendo a 18% do total de instituições de ensino superior. Em terceiro lugar está a região sul com 40 instituições de ensino superior públicas e 368 instituições de ensino superior privadas perfazendo 16,8% do total. Em quarto lugar está a região centro-oeste com 19 instituições de ensino superior pública e 241 instituições de ensino superior privadas, totalizando 10,7% do total de instituições de ensino superior. Em quinto lugar está a região norte com 18 instituições de ensino superior pública e

124 instituições de ensino superior privada, totalizando 5,8% do total de instituições de ensino superior.

O quadro abaixo mostra o número de alunos matriculados e formados no ensino superior público e privado, no Brasil nos anos de 2001 á 2005.

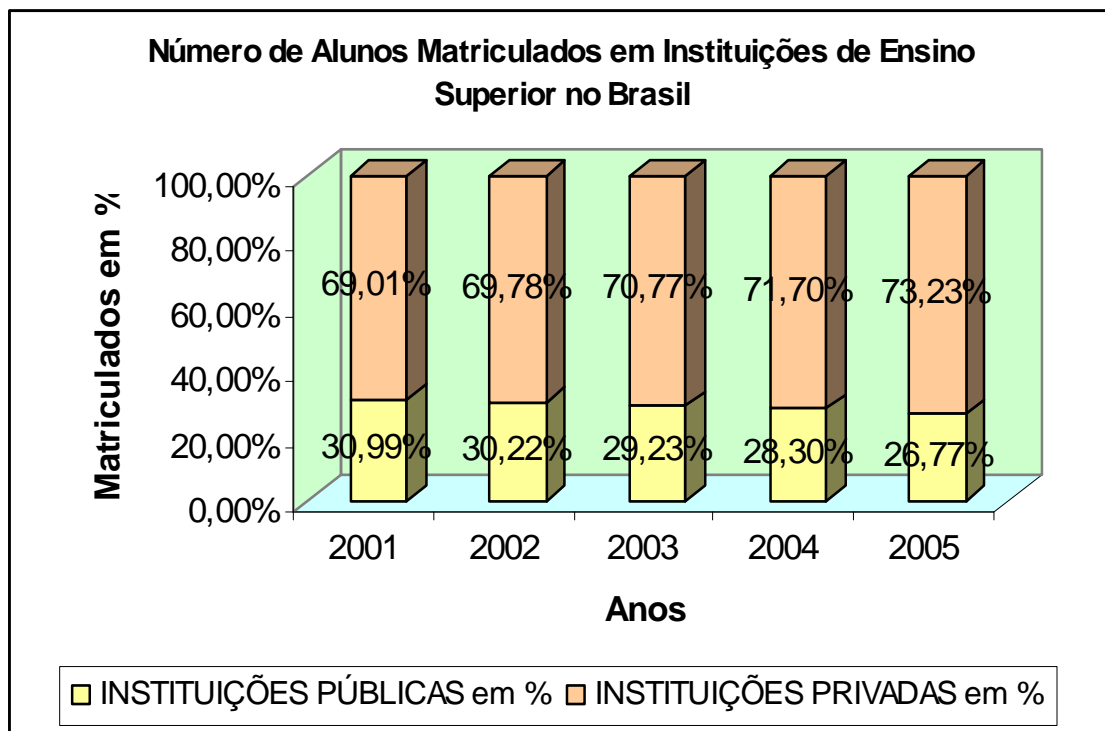
Quadro 2 – Número de alunos matriculados e formados na rede superior pública e privada no Brasil – 2001 á 2005.

Número de alunos		INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS em %	INSTITUIÇÕES PRIVADAS em %
2001	MATRICULADOS	939.225	2.091.529	3.030.754	30,99%	69,01%
	FORMADOS	116.641	235.664	352.305	33,11%	66,89%
	Sub-Total	1.055.866	2.327.193	3.383.059	31,21%	68,79%
2002	MATRICULADOS	1.051.655	2.428.258	3.479.913	30,22%	69,78%
	FORMADOS	151.101	315.159	466.260	32,41%	67,59%
	Sub-Total	1.202.756	2.743.417	3.946.173	30,48%	69,52%
2003	MATRICULADOS	1.136.360	2.750.652	3.887.012	29,23%	70,77%
	FORMADOS	169.159	359.064	528.223	32,02%	67,98%
	Sub-Total	1.305.519	3.109.716	4.415.235	29,57%	70,43%
2004	MATRICULADOS	1.178.328	2.985.405	4.163.733	28,30%	71,70%
	FORMADOS	202.262	424.355	626.617	32,28%	67,72%
	Sub-Total	1.380.590	3.409.760	4.790.350	28,82%	71,18%
2005	MATRICULADOS	1.192.189	3.260.967	4.453.156	26,77%	73,23%
	FORMADOS	195.544	522.304	717.848	27,24%	72,76%
	Sub-Total	1.387.733	3.783.271	5.171.004	26,84%	73,16%

Fonte: MEC 2007.

Conforme quadro 2 as instituições de ensino superior privadas respondiam por 73,2% das matrículas em 2005, enquanto o setor público de ensino superior atendia apenas 26,8% dos estudantes. É o que mostra o Censo da Educação Superior 2005 (MEC). Do total de 4.453.156 universitários brasileiros, 3.260.967 alunos estudavam em cursos de graduação privados e 1.192.189, em instituições públicas.

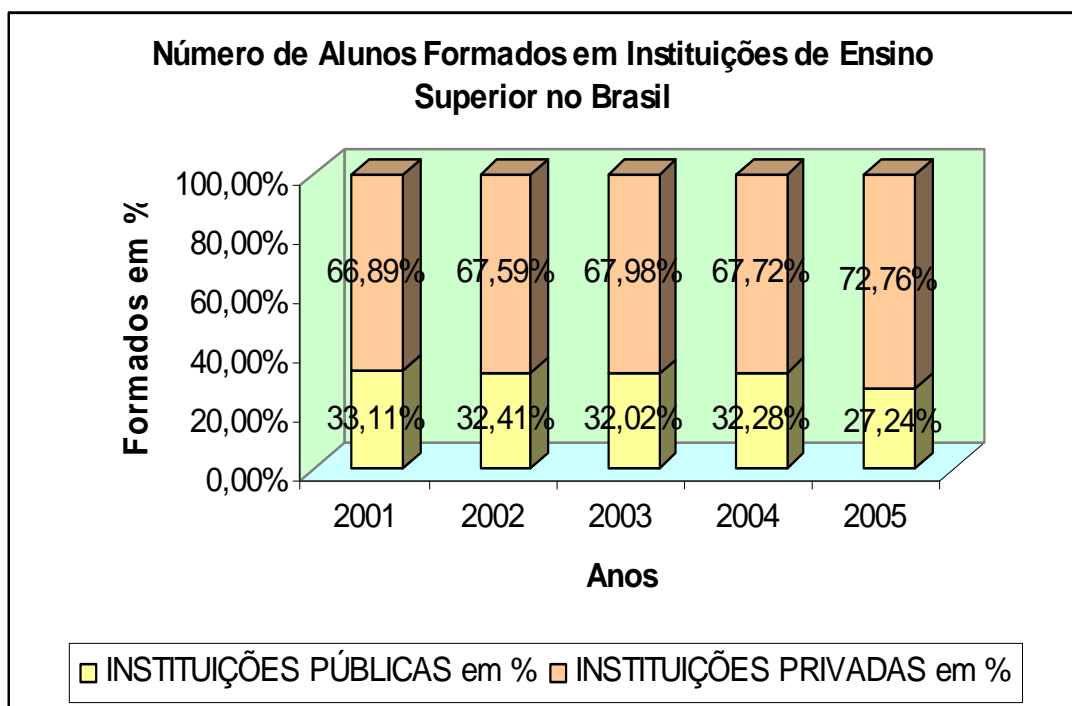
Gráfico 1 – Composição percentual do número de alunos matriculados em instituições de ensino superior no Brasil - 2001 á 2005



Fonte: MEC 2007.

Observa-se no gráfico 1 e Quadro 2 que a participação de alunos matriculados na rede superior pública de ensino no Brasil, vem diminuindo gradativamente ano a ano, em termos relativos, ou seja, em 2001 perfazia 30,99% do total, em 2002 eram 30,22%, em 2003 eram 29,23%, em 2004 foram 28,30% e em 2005 as matrículas em instituições públicas correspondiam tão somente a 26,77%. Já na rede de ensino superior privado os alunos matriculados vêm crescendo ano após ano. Em percentuais conforme quadro 2, gráfico 1, em 2001 eram 69,01%, em 2002 eram 69,78%, em 2003 70,77%, em 2004 eram 71,70% e em 2005 eram 73,23%. Trata-se de uma tendência aparentemente irreversível.

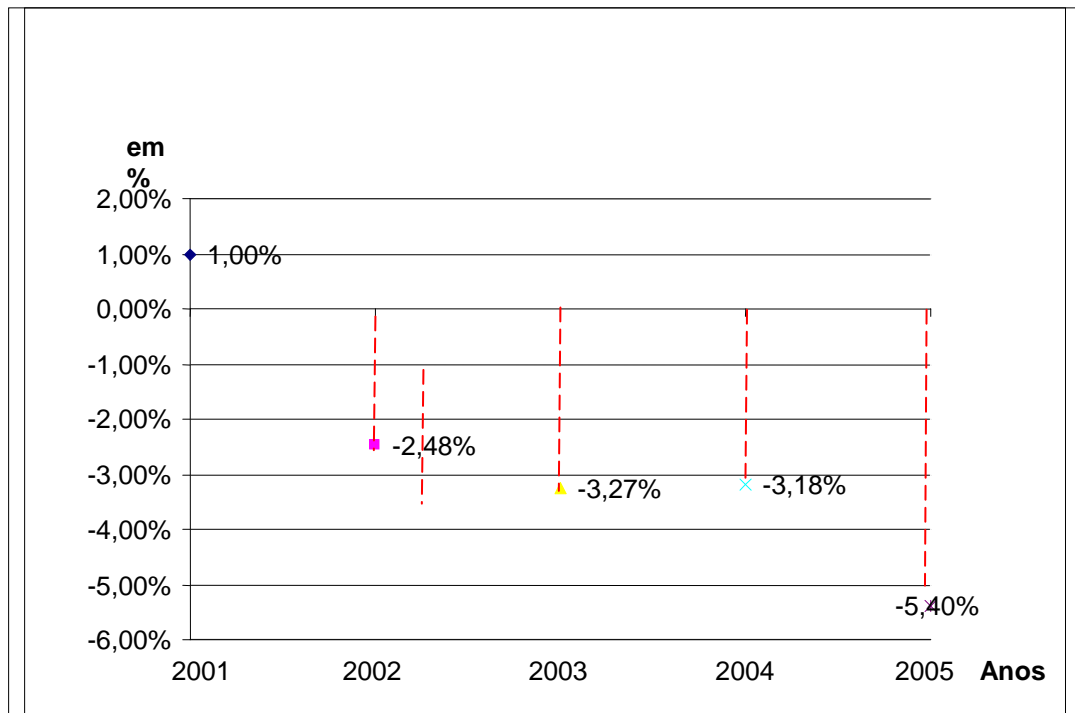
Gráfico 2 – Composição percentual do número de alunos formados em instituições de ensino superior no Brasil – 2001 á 2005



Fonte: MEC 2007.

O gráfico 2, que retrata a quantidade de egressos das instituições de ensino superior no país, é uma consequência da situação demonstrada no gráfico 1. Ou seja, mantém-se a tendência de concentração nas instituições privadas no que se refere aos alunos formados a cada ano. Constata-se um crescimento das instituições privadas.

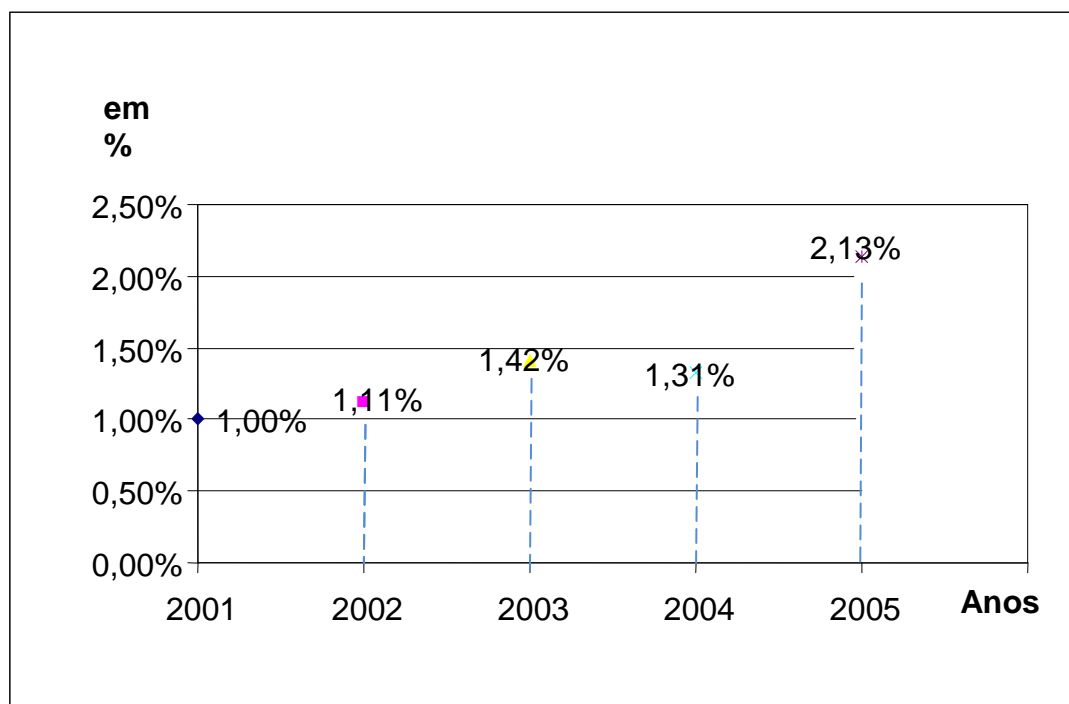
Gráfico 3 – Taxa de crescimento de alunos matriculados em instituições de ensino superior públicas – 2001 á 2005.



Fonte: MEC 2007

Observa-se no gráfico 3 uma desaceleração de alunos matriculados nas instituições de ensino superior públicas no período de 2001 á 2005, considerado o ano de 2001 como base referencial. De 2001 para 2002 houve um decréscimo de 2,48%. De 2002 para 2003 um decréscimo de 3,27%. Do ano de 2003 para 2004 uma redução de 3,18%, e do ano de 2004 para 2005 uma redução de 5,40%. Do ano de 2001 á 2005 houve uma redução de 13,6% nas matrículas dos alunos de ensino superior públicas.

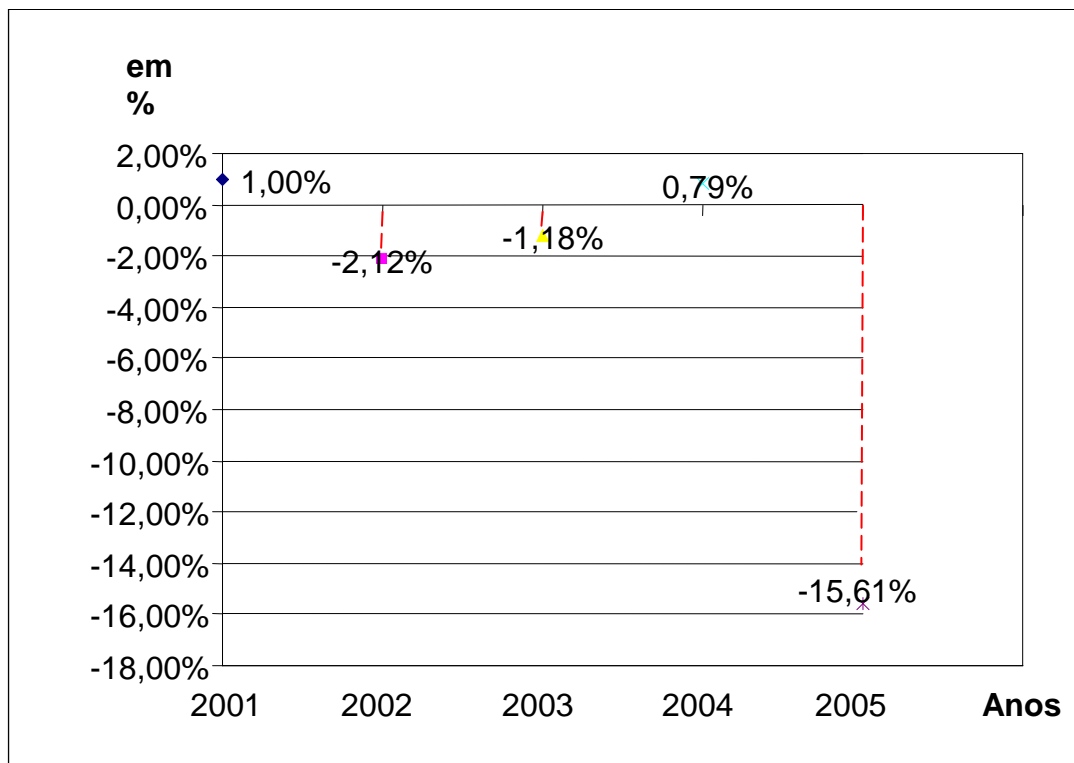
Gráfico 4 – Taxa de crescimento de alunos matriculados em instituições de ensino superior privadas – 2001 á 2005.



Fonte: MEC 2007.

Observa-se no gráfico 4 um aumento de alunos matriculados nas instituições de ensino superior privadas no período de 2001 á 2005, considerado o ano de 2001 como base referencial. De 2001 para 2002 houve um acréscimo de 1,11%. De 2002 para 2003 um aumento de 1,42%. Do ano de 2003 para 2004 um aumento de 1,31%, e do ano de 2004 para 2005 um aumento de 2,13%. Do ano de 2001 á 2005 houve um crescimento de 6,10% nas matrículas dos alunos de ensino superior privadas.

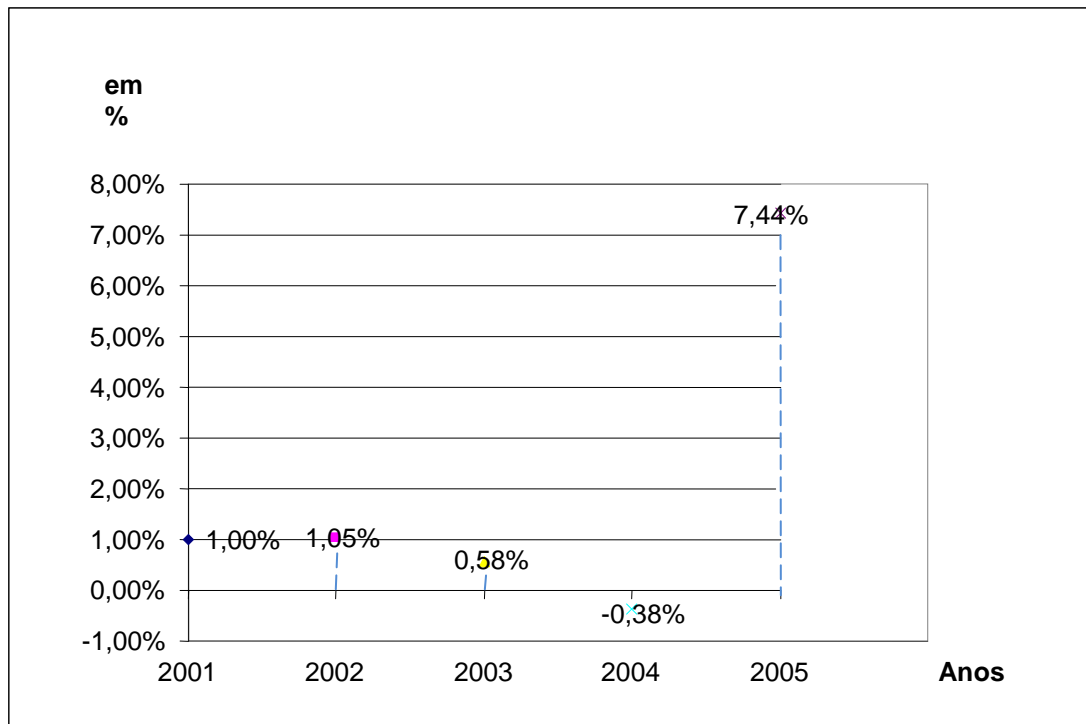
Gráfico 5 – Taxa de crescimento de alunos formados em instituições de ensino superior públicas – 2001 á 2005.



Fonte: MEC 2007.

Observa-se no gráfico 5 uma variação de alunos formados nas instituições de ensino superior públicas no período de 2001 á 2005, considerado o ano de 2001 como base referencial. De 2001 para 2002 houve um decréscimo de 2,12%. De 2002 para 2003 um decréscimo de 1,18%. Do ano de 2003 para 2004 um aumento de 0,79%, e do ano de 2004 para 2005 uma redução de 15,61%. Do ano de 2001 á 2005 houve uma redução de 17,7% no número de alunos formados no ensino superior público.

Gráfico 6 – Taxa de crescimento de alunos formados em instituições de ensino superior privadas – 2001 á 2005.



Fonte: MEC 2007.

Observa-se no gráfico 6 uma variação de alunos formados nas instituições de ensino superior privadas no período de 2001 á 2005, considerado o ano de 2001 como base referencial. De 2001 para 2002 houve um aumento de 1,05%. De 2002 para 2003 um aumento de 0,58%. Do ano de 2003 para 2004 uma redução de 0,38%, e do ano de 2004 para 2005 um aumento de 7,44%. Do ano de 2001 á 2005 houve um aumento de 8,7% no número de alunos formados no ensino superior privado.

A relação de alunos matriculados e formados no período de 2001 á 2005 em instituições públicas e privadas demonstra a insuficiência de vagas nas instituições de ensino superior públicas, e por outro lado o incentivo do governo federal para alunos de instituições superiores privadas como o PROUNI, o que tem provocado um crescimento acelerado das instituições privadas.

O pressuposto do modelo da competição é de que os consumidores podem escolher a unidade de serviço público de maior qualidade. Contudo, esse pressuposto nem sempre é verdadeiro, pois nem todos os consumidores têm a

possibilidade de escolher de fato o equipamento social que lhes agrada, em virtude da existência de obstáculos geográficos e financeiros, os quais dificultam o acesso a todas as unidades de serviço público. Ademais, se todos os consumidores (ou boa parte deles) escolherem um número limitado de equipamentos sociais, estes ficarão lotados e tenderão também a perder qualidade³⁵.

Buscou-se então uma alternativa de gestão que superasse a dicotomia, gestão “estatal-centralizada-burocrática-ineficiente” de um lado, “mercado-concorrencial-perfeito” de outro. A alternativa encontrada foi a de introduzir concepções de gestão privada nas instituições públicas sem alterar a propriedade das mesmas.

Surge, assim, a noção de “quase-mercado” que, tanto do ponto de vista operativo, quanto conceitual, diferencia-se da alternativa de mercado propriamente dita, podendo, portanto, ser implantada no setor público sob a suposição de induzir melhorias.

Com o recente crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil multiplicaram-se as dissertações e teses sobre temas relacionados às políticas governamentais; disciplinas de “políticas públicas” foram criadas ou inseridas nos programas de graduação; nos programas de pós-graduação, criaram-se linhas de pesquisa especialmente voltadas para esse campo do conhecimento; agências de fomento à pesquisa criaram linhas especiais de financiamento para as investigações nessa área. O crescente interesse por essa temática está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira. O intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais – resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado, assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais – sejam pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos a cargos eletivos, seja por inúmeras novas modalidades de representação de interesses – despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os “micro” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e da agenda política brasileira.

O Ministério da Educação tem tomado uma série de iniciativas importantes no sentido de romper esta barreira, o mesmo ocorrendo em vários governos estaduais, mas o movimento

³⁵ ABRUCIO, 1999, p. 189.

pela reforma da educação brasileira ainda não adquiriu o ímpeto e a velocidade que seriam necessários.

O Plano Nacional de Educação elaborado pelo Conselho Federal de Educação, em 1962, foi revisto em 1965, pelo mesmo conselho, já reorientado em função do peso dos privatistas no governo golpista.

Na revisão, além de deslocar para mais adiante as metas originais como a de matricular 100% da população de 7 a 11 anos de idade em escolas primárias -, o CFE aumentou os recursos a serem transferidos para o setor privado. A versão de 1962 daquele plano previa que 3% dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário fossem destinados a bolsas de estudo em escolas particulares; a revisão de 1965 aumentou essa proporção para 5%. Da mesma forma, o Fundo Nacional do Ensino Médio, de 14,5% para 20%, e o Fundo Nacional do Ensino Superior, de zero para 5%.

O aumento das transferências de verbas públicas para as escolas privadas no ensino médio estava "adoçado" com a inclusão, na mesma rubrica, mas sem definir quantitativos, da "educação de excepcionais". No ensino superior, esse disfarce também existia: a mesma rubrica juntava as bolsas de estudo, as residências de estudantes e as subvenções às universidades e estabelecimentos isolados particulares.

Estava declarada a posição do CFE e do governo golpista de apoio à tremenda expansão do ensino superior particular, ao mesmo tempo em que se continha o setor público³⁶.

Parece que a transferência de responsabilidade social não é nova na área da educação. Observa-se no texto de Cunha, que faz muito tempo que o governo federal está transferindo, em todos os níveis de educação, a responsabilidade da educação pública para educação privada.

Se o período de 1940 á 1960 não apresentou crescimento expressivo do ensino superior, as transformações vivenciadas pela sociedade, com a crescente industrialização e urbanização, foi criando uma demanda maior para os ensinos médio e superior.

A década de 1960, fortemente marcada pelo movimento estudantil que tinha na defesa do sistema público de ensino uma de suas principais bandeiras de luta, viu surgir, ao seu final, um expressivo aumento do número de matrículas nas instituições de ensino superior privado. A reforma universitária, promulgada em 1968, ocorreu em meio a um cenário áspero de repressão política e de autoritarismo militar no Brasil e na América Latina.

A década de 1970 assiste a uma expansão ainda maior do número de instituições de ensino superior particulares, que, a partir dos anos 1980, passam a buscar seu reconhecimento como universidade³⁷.

³⁶ CUNHA, 2002, p. 41.

³⁷ ALMEIDA, 2001, p. 24.

2.2 Análise da constituição federal/88 - instituições de ensino superior

A Constituição Federal Brasileira de 1988 contempla atribuições dos governos estaduais e municipais para o ensino básico, não se referindo ao ensino superior. De maneira ampla e geral no art. 205 da CF/88 no inciso IV diz que: “a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. No recorte histórico analisado 2001-2005 parece haver crescimento de vagas em instituições públicas muito inferior as necessidades sociais.

A Constituição brasileira estabelece no artigo 207 que “as universidades (...) obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988), considerando o que estabelece a Wanderley (1983). Complementa a definição de (Ferreira, 1995), ao destacar outra finalidade da universidade, a saber, a extensão universitária, materializada na prestação de serviços à comunidade. Uma vez que cresce muito pouco o número de vagas em instituições públicas vê-se como consequência direta o não crescimento da pesquisa e extensão.

No art.212 da CF/88 diz que “A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 20% e 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Embora o art. 212 da CF/88 se refere a todos os níveis de ensino, pelo menos não se vê os resultados retratados em mais vagas nas IES públicas.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) também é muito amplo e não se refere aos números, ficando muito vaga a idéia de desenvolvimento no ensino superior.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional é parte indissociável da estratégia de desenvolvimento do país e expressão da prioridade que é dada ao tema na agenda nacional de desenvolvimento. A Constituição de 1988 já determinava a redução das desigualdades regionais como um dos eixos da estratégia de desenvolvimento nacional, fato esse que se consolida no enunciado do PPA 2004-2007, que eleva o tema da redução das desigualdades regionais brasileiras a um dos mega-objetivos do Plano Plurianual vigente.

O objeto da PNDR são as profundas desigualdades de nível de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre regiões do país. A matéria prima da Política é o imenso potencial de desenvolvimento contido na diversidade econômica, social, cultural e ambiental que caracteriza o Brasil.

As severas desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a sociedade brasileira se expressam, com clareza, na base territorial, resultando em

distorções que se agravaram com o início do processo de industrialização do país, deflagrada em meados do século XX³⁸.

A proposta de Reforma Universitária que o governo Lula levou ao congresso propôs à sociedade um debate. Neste, o aperfeiçoamento que restabelece o papel do estado como mantenedor das instituições Federais de Ensino Superior e regulador do sistema Federal de Educação Superior, entra em pauta, defendendo-se conceitos e estabelecendo critérios para que a educação superior cumpra sua missão e exerça as responsabilidades que lhe são atribuídas pela constituição. Além de definir também as condições objetivas que permitem o efetivo exercício e autonomia, garantida no art.207 da Constituição Federal.

Na apresentação do anteprojeto de Lei em dezembro de 2004, o então Ministro da Educação, Tarso Genro, afirmava:

(...) a reforma do Ensino Superior é um estímulo à inovação do pensamento brasileiro e ao fortalecimento de sua inserção no cenário internacional- as mudanças que aqui proporcionará certamente contribuirá para liberar energias criadoras contidas pela falta de condições adequadas ao pleno exercício das atividades científicas, culturais e intelectuais. A educação é a prática e a formação de valores. As atuais e futuras gerações transformadoras da história deste país devem poder encontrar, em todas e em cada instituição de ensino superior, ambientes propícios ao exercício da liberdade, solidariedade, diversidade e ética, para que possam se comprometer com o futuro do Brasil³⁹.

Para o atual governo, a educação superior brasileira tem a missão estratégica e única voltada para a consolidação de uma nação soberana, democrática, inclusiva e capaz de gerar a emancipação social. E o processo de discussão e debate público, propiciado desde o início, envolvendo todo o mundo acadêmico e político do país, é o testemunho deste compromisso que já estava inserido no programa do governo Lula, onde o projeto de nação está intrinsecamente vinculado aos destinos da educação superior e vice-versa.

Evidente, que há necessidade de um período de transição; onde a retomada do crescimento econômico, de uma melhor distribuição de renda e de riqueza do país não se dá por decreto nem num curto espaço de tempo, ainda mais em uma economia globalizada e dependente como a do Brasil.

³⁸ PNDR, 2004, p.11.

³⁹ GENRO, 2004, p.01.

Qualquer transição desse porte requer a escolha de políticas públicas precisas, de tomada de decisões duras e corajosas em âmbito econômico e político, somente assim haverá um fluxo de crescimento com geração de renda.

Na revista de Ciência e Educação, vol. 24, n. 82, p.1-130, abril de 2003, (CUNHA, 2003) que analisa o governo Fernando Henrique Cardoso nos oito anos de seu governo diz:

Outra importante característica do ensino superior brasileiro é a gratuidade dos cursos de graduação e pós-graduação nas instituições públicas. Embora a gratuidade existisse *de fato* desde os anos 50, ela só passou a ser garantida *de direito* pela Constituição de 1988. Para o setor privado, o governo federal oferece o Programa de Crédito Educativo, que propicia aos beneficiados reembolsarem o valor das anuidades num prazo 50% maior que o do financiamento, com um ano de carência.

O número de alunos de todos os cursos de graduação ultrapassou um pouco os 3 milhões, 67% superior aos praticamente 1,8 milhão de 1995. O contingente atual de alunos divide-se entre as instituições públicas e privadas à razão de 31 % para 69%, respectivamente. Em 1995, essa razão era de 39% para 61 %, respectivamente, o que mostra o aumento do tamanho relativo do setor privado, no que concerne ao alunado⁴⁰.

Observa-se na citação anterior que a partir da CF 1988 o ensino superior público ficou enfatizado aos estudantes do Brasil e paralelamente a este fato histórico o governo propõe crédito para estudantes de nível superior privado, através do crédito educativo. Expõe com clareza que em 1995, 39% dos estudantes de ensino superior eram da rede pública contra 61% da rede privada. Comparando com o quadro 1 da página 33 vê-se que em 2005, 27% dos alunos de ensino superior pertenciam a rede pública e 73% a rede privada. Conclui-se que: num passado muito recente, seja no governo FHC ou Lula, a tendência é atribuir à iniciativa privada, cada vez mais, a responsabilidade do ensino superior.

Na sabatina com o atual ministro da educação Fernando Haddad, na folha de São Paulo, em 04 de maio de 2007 constata-se que:

Na sabatina, Haddad ainda defendeu que o governo federal, a exemplo do que é feito hoje, assumia a regulação do ensino superior. Nossa avaliação é a de que, se o Estado avalia e o mercado regula, a tendência é a de que a competição seja por preço. Agora, se o Estado avalia e regula, a tendência é a de que a competição seja por qualidade.

Por isso, diz ele, a mudança que fará com que o Fies financie até 100% da mensalidade do aluno de baixa renda em uma instituição de ensino privada. Isso é para que o aluno não tome a decisão de onde se educar a partir do preço, mas a partir da qualidade.

⁴⁰ CUNHA, 2003.

Em contrapartida das críticas ao ensino superior privado, Haddad afirmou que o MEC irá elevar o número de vagas nas universidades públicas de 120 mil para 229 mil nos próximos oito anos. Ele ainda defendeu que o ensino público continue gratuito e disse que matricularia o filho em uma escola de ensino médio pública, se ela fosse boa⁴¹.

Fica clara a política do continuísmo de incentivos à iniciativa privada quando o ministro da educação afirma que o FIES irá financiar até 100% da mensalidade para alunos matriculados em instituições privadas de ensino superior. Quanto ao aumento de número de vagas em universidades públicas parece demagogia, pois não fala como fará isso. Cabe ressaltar que esta entrevista é do ano de 2007 e o presente trabalho analisa o período histórico de 2001 á 2005.

2.3 Análise da LDB - instituições de ensino superior

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, define as universidades de uma forma mais detalhada, conforme segue:

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber⁴².

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no art. 55º diz:

Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas⁴³.

Dos Recursos financeiros a LDB fala em seu art. 68º:

⁴¹ Haddad, Fernando. Folha de São Paulo, 04 de maio de 2007, disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u385692.shtml>>

⁴² ASSOCIAÇÃO Brasileira de Mantenedoras do Ensino superior- ABMES, disponível em <<http://www.abmes.org.br/Home/index.asp>>

⁴³ LDB, 2006.

Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - outros recursos previstos em lei.

A LDB prevê recursos para a educação, entretanto cabe a nós cidadãos brasileiros controlar e cobrar a aplicação dos mesmos.

2.3.1 As Instituições

A UNESCO é a Organização das Nações Unidas especializada em educação. Desde a sua criação, em 1945, tem trabalhado para a melhoria da educação em todo o mundo, por meio de iniciativas de apoio técnico, da elaboração de modelos, projetos inovadores, reforço da capacidade especializada e trabalho em redes. Seus estreitos vínculos com ministérios de educação e outros atores institucionais, em 188 países, legitimam e destacam a Organização na promoção de programas e atividades voltadas para a educação.

Os três objetivos estratégicos da UNESCO são:

- Promover a educação como um direito fundamental.
- Melhorar a qualidade da educação.
- Estimular a experimentação, a inovação e a política do diálogo⁴⁴.

Estabelecendo metas Educação para todos - No Fórum Mundial de Educação realizado em Dacar, Senegal, em abril de 2000, a comunidade internacional delegou à UNESCO a coordenação do movimento Educação para Todos e a congregação do impulso coletivo de todas as pessoas envolvidas com iniciativas no campo da educação. As seis metas da Educação para Todos (EPT) são, atualmente, a mais alta prioridade em educação da UNESCO. A Organização garante que a educação tenha uma posição prioritária nas agendas internacionais e que se mobilizem recursos humanos e financeiros como forma de ajudar os governos a cumprir os compromissos com a EPT. Facilita-se o desenvolvimento de associações, de redes e se acompanham e se avaliam, especialmente por meio da publicação de um relatório global anual de monitoramento, as melhorias que a comunidade e os países realizam em termos de educação para todos.

As seis metas da Educação para todos:

⁴⁴ BRASIL, UNESCO, 2006, disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001289/128951por.pdf>>

1. Melhorar e expandir a educação e os cuidados na primeira infância (0 a 6 anos).
2. Assegurar que, até 2015, todas as crianças tenham acesso gratuito e compulsório a um ensino fundamental de boa qualidade.
3. Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas por meio do acesso equitativo a programas de aprendizagem e de habilidades necessárias à vida.
4. Melhorar em 50% os níveis de alfabetização de adultos, até 2015, sobretudo para as mulheres, além do acesso equitativo à educação básica e continuada a todos os adultos.
5. Eliminar disparidades de gênero na educação básica até 2005.
6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos⁴⁵.

As 2.435 instituições de ensino superior brasileiras em 2005 (mapa 1, p. 35) são muito diferentes entre si, incluindo desde sistemas grandes e complexos como a Universidade de São Paulo (USP) ou a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) até pequenas escolas isoladas espalhadas por todo o País. Uma maneira de classificar estas instituições é pela sua dependência legal – se federais, estaduais, municipais ou particulares. Outra maneira é pela sua natureza – se universidades, centros universitários, faculdades integradas ou cursos ou faculdades isoladas.

As universidades públicas são as instituições mais antigas, com faculdades que datam do século XIX, ainda que as primeiras universidades só tenham se constituído formalmente nos anos 30. Na década de 30, começaram a surgir também as primeiras instituições privadas, que aumentaram rapidamente de número. A reforma universitária de 1968, apesar de consagrar na legislação o modelo universitário centrado na pesquisa e na pós-graduação, foi seguida de uma grande expansão do ensino privado, sobretudo na forma de instituições isoladas de ensino, expansão que se reduziu um pouco no período de 1973-1974, para retomar o ritmo depois. A maior parte das instituições federais, assim como das instituições estaduais paulistas, data de antes da década de 70. Nos anos 80 houve um pequeno crescimento de instituições estaduais no resto do País, e, nos últimos cinco anos, só o setor privado continuou crescendo mais que as instituições públicas. A distinção entre instituições universitárias e não universitárias foi estabelecida na legislação para sinalizar o modelo considerado ideal de instituição de nível superior, caracterizado pela pluralidade de áreas de trabalho, pós-graduação, pesquisa e extensão, além das atividades normais de ensino de graduação. Na prática, muitas universidades ficaram distantes deste modelo ideal, enquanto instituições isoladas, em alguns casos, funcionaram como centros de pesquisa e pós-graduação,

⁴⁵ BRASIL, op. cit, 2006.

evidenciando o artificialismo desta distinção. A legislação estabeleceu, de qualquer forma, um grau maior de autonomia das universidades em relação ao MEC, para criar novos cursos e definir o número de vagas a serem oferecidas cada ano. Esta maior autonomia levou a um grande movimento das instituições isoladas do setor privado para conquistar o status universitário, pelo cumprimento dos requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Hoje, grande maioria dos estudantes brasileiros está matriculada em algum tipo de universidade (Quadro 2), mas a distinção entre instituições universitárias e não universitárias, como critério para identificar qualidade acadêmica e de formação profissional, continua fazendo pouco sentido, e se tornou ainda mais difusa com a criação de novas categorias intermediárias, como "centros universitários" e "faculdades integradas".

A distinção entre as universidades estaduais paulistas e as demais é importante pela peculiaridade do desenvolvimento universitário naquele Estado. Como unidade mais rica da federação, o Estado de São Paulo teve condições de criar um sistema universitário muito mais bem estruturado e financiado que outros Estados, e concentra hoje uma parte substancial da pesquisa e da pós-graduação do País, sobretudo em nível de doutorado. Além dos recursos, o Estado de São Paulo tem uma tradição de autonomia em relação ao governo federal que data pelo menos da década de 30, que fez com que ele mantivesse suas próprias instituições de ensino superior e de pesquisa quando, a partir das décadas de 40 e 50, foi criado o sistema federal de ensino superior. A criação de universidades estaduais em outros Estados é mais recente, foi feita de forma complementar e como compensação a pouca capacidade de expansão do sistema federal, e sem a preocupação acadêmica que caracterizou, sobretudo, a USP, as Universidades Estaduais de São Paulo (Unesp) e de Campinas (Unicamp).

As instituições mais complexas, do ponto de vista acadêmico, são, nesta ordem, a USP, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a UFRJ, a Unicamp e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Estas estão, também, entre as maiores instituições do ponto de vista do número de professores (ainda que a quarta deste ponto de vista, depois da USP, Unesp e UFRJ, seja a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a UERJ ficando em décimo lugar). As maiores universidades quanto ao número de alunos são a USP e a Unesp, com 55 mil e 45 mil estudantes respectivamente, seguidas pela UFRJ, com 33 mil. No outro extremo, as cem menores instituições de ensino superior do País reúnem aproximadamente 8 mil e 100 estudantes no total, cerca de 80 estudantes por instituição.

3 EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

3.1 Crescimento x Qualidade na educação

A universidade tem sido a instituição idealizada para o ensino superior brasileiro desde a promulgação do primeiro documento legal que lhe faz referência (o Estatuto de 1931) por mais que ela tenha sido entendida, na prática, como mera aglomeração de escolas, faculdades ou institutos. As faculdades isoladas, embora majoritárias, foram postas em segundo plano, uma espécie de instituição de segunda classe, destinada a desaparecer um dia, quando o espaço do ensino superior fosse plenamente ocupado pela instituição que lhe seria própria - a universidade. Esta, por sua vez, deveria possuir, entre outras, uma característica essencial, a universalidade de campo, mesmo que entendida apenas como a justaposição de uma escola de Engenharia, uma faculdade de Direito e uma faculdade de Medicina, podendo uma delas ser substituída pela faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa nas universidades federais e nas estaduais paulistas, nos anos de 1970, levou a que a investigação científica e tecnológica fosse considerada uma característica co-essencial da instituição universitária.

Desde o relatório da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior (1986), a universalidade de campo tem sido criticada, no âmbito governamental, em proveito da concepção da universidade especializada por campo do saber, seja pelo reconhecimento do *status* plenamente universitário para esse tipo de instituição, seja pela atribuição, a ela, apenas(!) do privilégio da autonomia.

Com base na LDB-96, o Decreto nº 2.306/97 atribuiu um formato peculiar ao sistema de ensino superior, ao projetar importantes modificações no quadro até então existente no que diz respeito à fronteira entre a esfera pública e a esfera privada.

O decreto determinou que as IES privadas publicassem os demonstrativos do movimento financeiro; empregassem pelo menos 60% da receita (apenas das mensalidades escolares) ao pagamento de professores e funcionários, incluindo-se, nesse cômputo, os descontos, as bolsas de estudo que oferecessem e os encargos e benefícios sociais dos hospitais de ensino.

As IES privadas que não preenchessem essas condições passariam a pagar impostos e contribuições, como qualquer sociedade mercantil, além de não poderem remunerar seus sócios. Ademais, passaram a ter de se submeter, a qualquer tempo, à auditoria pelo Poder Público, devendo ainda publicar, anualmente, demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes.

A organização acadêmica das IES foi também objeto do Decreto nº 2.306/97. As IES podem, agora, adotar cinco formatos diferentes: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades; institutos superiores ou escolas superiores. Não se distinguem faculdades e institutos superiores nem escolas superiores, termos que, no Brasil, têm sido utilizados como sinônimos.

A grande novidade foi o aparecimento dos centros universitários, definidos como instituições de ensino pluricurriculares, que abrangem uma ou mais áreas do conhecimento, "que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico". Os centros universitários podem receber o privilégio da autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, além de outras atribuições definidas em seu credenciamento pelo Conselho Nacional de Educação.

Quase autônomos ou detentores de quase toda a autonomia universitária, os centros universitários ocupam o lugar, no discurso reformista oficial, da universidade de ensino, definida por oposição à universidade de pesquisa, esta sim, a universidade plenamente constituída.

Segundo David Stival (2006) o ensino superior necessita de reforma urgente conforme as palavras do autor:

Ao diagnosticar, ao mesmo tempo olhando para a realidade da educação brasileira, fica evidente o descompasso entre a educação que temos de fato e a educação que precisamos, ou que julgamos que deveríamos ter. Os números do Censo da educação⁴⁶ superior de 2002 já apontam para os principais problemas da educação superior brasileira, indicando o

⁴⁶ MEC - Ministério da Educação e Cultura. Censo. Brasília, 2002.

esgotamento do modelo até aí aplicado e sinalizando para a necessidade urgente de uma profunda reforma universitária.

As variáveis que concorrem para esta realidade são inúmeras, mas pode-se destacar a estagnação do setor público e sua impotência em alavancar por si só uma revolução no campo educacional, tanto pela falta de recursos, como pelo sucateamento da infra-estrutura e desvalorização profissional dos recursos humanos. Como também, pela degenerescência do sistema. Isto é, a radiografia da educação superior brasileira constitui-se no reflexo da visão do estado mínimo, que tem orientado a política do neoliberalismo. (STIVAL, 2006)

Dentro dessa ótica, o papel do Estado fica reduzido a um mero controlador, formatado pelo modelo de agências reguladoras, sem o compromisso de garantir educação de qualidade, pública e gratuita às populações. Prevalece nesse contexto o conflito de interesses, entre formação cidadã versus mercado, ou a tendência, com raras exceções, de priorizar o enfoque puramente estatístico, quantitativo, desconsiderando o fator humano, qualitativo. (STIVAL, 2006. p. 22.).

Educação é um direito social e humano e não comércio a ser negociado com quem possa pagar. Nesse sentido, fica evidente que a lógica do mercado não possui competência para tratar, por inteiro, das questões educacionais.

Para STIVAL (2006) educação significa conhecimento e conhecimento é cidadania. Ao "privatizar" a educação, o governo fecha as portas do conhecimento às camadas menos favorecidas da população, tornando-as incapazes de compreender o que está acontecendo no país e, portanto, de reagir.

O modelo proposto pelo BIRD⁴⁷, e que estava sendo levado a cabo pelos governos anteriores, associado ao grande capital internacional na venda de parte do patrimônio do país (companhia elétrica, mineradora e companhia telefônica), limitava o direito ao conhecimento somente às camadas da população com condições financeiras de pagá-lo, elitizando o acesso ao Ensino Superior e, com isto, perpetuando-se as desigualdades sociais, pois as privatizações asseguram somente aos filhos da elite econômica e social, o acesso ao conhecimento e, por conseqüência, o poder de decidir o destino do país.

⁴⁷ BIRD - Banco Internacional para a reconstrução e o desenvolvimento - Tem sido como agente financeiro o principal financiador das políticas de desenvolvimento para o Brasil. Exerceu forte influência no movimento articulado pelo governo anterior, do presidente FHC, que visava promover reformas estruturais no ensino, mudanças que buscavam atender às medidas de ajuste fiscal e às exigências das agências multilaterais de fomento e financiamento.

O crescimento das IES na América Latina: o fato só veio a ser discutido novamente durante o Fórum Social de Porto Alegre em 2002, em uma mesa redonda organizada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do então governo do Rio Grande do Sul. Em consequência, o assunto foi levado à reunião de cúpula das universidades estatais ibero-americanas que ocorreu também em Porto Alegre, em abril de 2002. A partir daí, associações universitárias, pesquisadores, instituições, políticos, no Brasil e em outros países latino-americanos como em outras regiões do mundo passaram a debater o tema, que foi, inclusive, objeto de uma audiência pública na Câmara dos Deputados do Brasil, em julho de 2002. Mas não se pode esquecer: o problema já estava selado desde 1994 e o debate é completamente mal orientado quando se diz que é necessário impedir que o tema da comercialização da educação seja levado à OMC. Esta organização foi criada com o objetivo de regulamentar o comércio em todos os setores e dele não abrirá mão. Teoricamente, ainda que isso não seja muito realista, pode-se lutar para que os países retirem da pauta da OMC o tema da educação, ou da saúde, ou do meio ambiente. Mas a proposta terá pouca ou nenhuma possibilidade de ser levada adiante. Aqueles que patrocinaram a idéia dominam, hoje, as articulações políticas em todo o sistema multilateral e batem-se, com unhas e dentes, pela aplicação dos princípios básicos aprovados na esteira do Acordo Geral de Comércio e Serviços - AGCS (1994) e do documento de constituição da Organização Mundial do Comércio - OMC (janeiro de 1995). Que fazer então? Submeter-se a este aspecto da globalização como ela é implementada nos dias de hoje?

Outro aspecto importante para ressaltar, não é só o crescimento das IES, mas, com que qualidade elas nascem e se desenvolvem. A preocupação com a temática da qualidade da educação superior é reforçada quando se percebe que os instrumentos de medida da qualidade das IES primeiramente empregados no processo de regulação da educação superior pelo governo brasileiro foram os processos de credenciamento e reconhecimentos de IES e os processos de autorização e reconhecimento de cursos superiores, desenvolvidos pelo MEC e aceitos pelas IES privadas. Estas IES muitas vezes aproveitaram os resultados dos processos de credenciamento e reconhecimentos, expresso em conceitos, como elemento de propaganda para captação de alunos, mas, ao que parece, não evidenciavam o emprego desses resultados na construção de padrões efetivos de qualidade institucional.

O surgimento do PAIUB, proposto em 1993 pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), juntamente com a Associação

Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), sob a coordenação da secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC, como sistema nacional de avaliação das IES procurava desvincular a avaliação da constituição de um *ranking* nacional de IES. Empregada voluntariamente pelas IFES e por algumas IES privadas, a metodologia do PAIUB representava um marco no início da adoção de uma visão de avaliação abrangente, que procurava respeitar a realidade de cada IES e estabelecia diversas dimensões para a avaliação da qualidade, incluindo a meta-avaliação, ou seja, a necessidade de reflexão sobre a própria avaliação.

A reforma da educação, iniciada pela Lei nº 9.131/95, que criou o Exame Nacional de Cursos (o ENC, iniciado em 1996 e logo alcunhado de “provão”) reforçou a existência do ranqueamento das IES, já que o ENC atribuía notas de desempenho aos alunos do último ano dos cursos, permitindo o uso indiscriminado dos resultados pelas IES, o que pode ter provocado um movimento, nas IES, de ações internas que objetivassem instrumentalizar seus alunos a obterem bons resultados no provão e pode ter sido uma das causas que provocaram o desestímulo à adesão das IES ao PAIUB, uma vez que este programa não oferecia a possibilidade de uso dos resultados em propaganda para as IES. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), atualmente em vigor no país, foi resultado de um trabalho elaborado pela Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu, nº 11 de 28 de abril de 2003 e nº 19, de 27 de maio de 2003, instalada pelo então Ministro da Educação Cristóvam Buarque, presidida pelo professor José Dias Sobrinho (UNICAMP) e “com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados” (ABMES, 2003a, p. 7).

Buscando adotar uma visão abrangente das IES, ao mesmo tempo em que as estimula a rever os seus papéis diferenciados e redefinir a regulação do Estado, tendo em vista formular uma política de Educação Superior capaz de respeitar as diversidades e atender às exigências de qualidade, o Sinaes pretende que o objetivo último da Educação Superior, compreendido como sendo “formar cidadãos, profissional e cientificamente e, ao mesmo tempo, comprometidos com o projeto social do País” (idem) seja atingido pelo conjunto da IES do país.

Sabe-se que a reforma universitária não é assunto simples e demagógico, deve ser discutido e pensado de maneira séria.

O processo de reestruturação universitária, que tomou corpo nos últimos anos, questionou o caráter público das universidades e redefiniu a função social que essas instituições exercem [ou deveriam exercer] em uma sociedade democrática. Esse rol de mudanças deitou raízes no solo universitário e, em diversos aspectos, está presente nas propostas da reforma universitária e em outros projetos que correm por fora desse processo, em curso no atual governo. (MANCEBO e SILVA, 2004).

Mancebo (2004, p.16) diz que [...] “desobrigação do Estado com relação à prestação de serviços e à conseqüente mercantilização destes, não se pode deixar de registrar um outro projeto governamental que também corre por fora das discussões da reforma universitária, mas que pode ser considerado o central nos processos de privatização, caso aprovado e implementado no campo educacional”.

O do Projeto de Lei n. 2.546/2003, aprovado em 17 março de 2004, na Câmara dos Deputados, e em tramitação no Senado até a presente data, sobre as parcerias público-privadas (PPPs). Esse projeto institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da administração pública, ou seja, o projeto de lei autoriza o governo federal a contratar, segundo normas específicas, parcerias público-privadas. Sua justificativa é a de que o governo, diante da falta de recursos para investimentos, da pesada dívida pública herdada de governos anteriores, propõe a parceria público-privada, objetivando conseguir investimentos privados para tentar a retomada do crescimento econômico e a geração de empregos.

Leher (2004) tece considerações sobre o Anteprojeto de Lei da Educação Superior. O artigo analisa o Anteprojeto da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), versão de 6 de dezembro. Estabelece conexões com as medidas já encaminhadas pelo governo federal, como o Programa Universidade para Todos, a Inovação Tecnológica e o Sistema Nacional de Avaliação para criticar a argumentação do governo de que a reforma universitária ainda não foi iniciada. As similaridades com as propostas do Banco Mundial são indicadas, sugerindo a força da agenda encaminhada no Brasil no final dos anos 1990 e no início da presente década. O estudo sustenta também que os recursos para a educação superior federal, já decrescentes nos últimos dois anos, serão reduzidos ainda mais, enquanto os repasses do Estado para as instituições particulares irão crescer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de pesquisa deste trabalho foi analisar qual a relação entre o crescimento acelerado das instituições privadas de ensino superior no país e a política educacional do governo federal no período de 2001 á 2005.

Para responder a esse problema, a investigação seguiu como percurso de análise três etapas, que se materializaram nos três capítulos deste trabalho. Inicialmente, buscou-se resgatar a evolução histórica do crescimento das instituições de ensino superior. No segundo capítulo foi feita uma análise dos dados do MEC/INEP das IES no período de 2001 á 2005. E por último um capítulo referindo-se a expansão das IES privadas no país.

Os instrumentos que serviram de base empírica para a pesquisa foram: as estatísticas produzidas pelo MEC/INEP, pareceres das comissões de avaliação, para fins de autorização e reconhecimento de cursos, constituição federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Considerando a grande quantidade de instituições e cursos de graduação no país, foi necessário estabelecer um recorte para essa análise, que selecionou as instituições de ensino superior, privadas e públicas.

O problema de mais vagas para alunos em instituições superiores públicas, não é um fato isolado e solto no mundo social brasileiro. Está entrelaçado com um arcabouço de problemas econômicos inter-relacionados nos três níveis governamentais. Difícil pensar em mais vagas para educação superior pública, faltando educação básica, saneamento básico para grande parte da população, falta de habitação, falta de recursos para a saúde, entre outros.

A falta de base educacional qualificada dos alunos está relacionada, entre outros fatores, aos baixos salários dos professores de formação fundamental e falta de incentivo para especialização dos mesmos. O baixo salário dos professores de nível fundamental os impede de investir em cursos de especialização, que, normalmente são caros.

Reformar, ampliar ou avaliar o ensino superior público, implica, necessariamente em rever as bases do ensino fundamental. Retomar a dignidade dos professores de ensino fundamental através do salário e formação dos mesmos.

A Reforma universitária atual no Brasil compreende:

- Colocar o debate público sobre o ensino superior em consonância com o que está ocorrendo no resto do mundo (é necessário olhar para frente e para fora e não, como até agora, para trás e para dentro).
- Considerar que os problemas de equidade e acesso são importantes, mas não à custa da pertinência e da qualidade, e sem criar falsas expectativas para pessoas que conseguem acessar às universidades, mas não conseguem terminar os cursos, ou se profissionalizar.
- Os investimentos públicos para a educação devem crescer, mas com prioridades bem definidas, e com a garantia de que não serão usados, predominantemente, para fortalecer o que a educação do país tem de ruim. Complementarmente, os investimentos e as iniciativas privadas na área da educação devem ser estimulados, e não reprimidos. Deveria haver muito mais espaço para a experimentação de novos formatos e novos conteúdos.
- A formação adequada para o mercado de trabalho não pode ser vista como um problema, em oposição ao que seriam as funções mais nobres da educação, mas como um objetivo importante do processo educacional.

Cabe reiterar a intenção inicial deste texto como subsídio, seja para avaliar as transformações por que vem passando a educação superior no Brasil, seja para poder se examinar as propostas, oficiais ou não, de reforma da universidade que estão sendo anunciadas. Deve servir também para que se construam “modelos” alternativos baseados em formas também alternativas de desenvolvimento econômico e social. Ou não se acredita que outro mundo seja possível?

Ainda, segundo Marques,

[...] o poder público depende, indiretamente, através de mecanismos do sistema tributário, do volume de acumulação privada. Como o Estado não

dispõe dos meios de produção, e depende do ritmo de acumulação para a sua sobrevivência financeira, as ações estatais muito raramente irão contra os interesses do capital. (MARQUES, 1997, p. 73).

Não se pode deixar de mencionar a busca de apoio de diversos atores sociais, inclusive representantes de interesses corporativos, como a presença dos Conselhos de Classe, de representantes acadêmicos, das associações das instituições de ensino, além dos próprios gestores governamentais que, em certa medida, agregaram ao processo suas percepções e interesses. Nesse sentido, pode-se observar que

[...] as relações Estado-sociedade são complexas, diversas e mediadas por uma série de questões relacionadas a cada política e grupo social diferenciado. O resultado das políticas é necessariamente contingente, sendo o papel dos atores fundamental. (MARQUES, 1997, p. 83).

A relação público-privado é conseqüência de uma gradativa redução da presença do Estado no ensino superior e a ocupação do espaço por instituições privadas, tanto leigas como religiosas. Da mesma forma, o incentivo governamental federal para alunos de instituições superiores privadas como o PROUNI e o FIES, entre outros, tem contribuído significativamente para a ampliação da presença de instituições privadas no mercado da educação superior no país. Analisou-se, portanto, um conjunto de políticas públicas federais voltadas à regulamentação da educação superior no Brasil e sua influência no crescimento das instituições privadas de ensino de 3º grau.

O Plano Nacional de Educação elaborado pelo Conselho Federal de Educação, em 1962, foi revisto em 1965, pelo mesmo conselho, já reorientado em função do peso dos privatistas no governo golpista.

Na revisão, além de deslocar para mais adiante as metas originais como a de matricular 100% da população de 7 a 11 anos de idade em escolas primárias - o CFE aumentou os recursos a serem transferidos para o setor privado. A versão de 1962 daquele plano previa que 3% dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário fossem destinados a bolsas de estudo em escolas particulares; a revisão de 1965 aumentou essa proporção para 5%. Da mesma forma, o Fundo Nacional do Ensino Médio, de 14,5% para 20%, e o Fundo Nacional do Ensino Superior, de zero para 5%.

O aumento das transferências de verbas públicas para as escolas privadas no ensino médio estava "adoçado" com a inclusão, na mesma rubrica, mas sem definir quantitativos, da "educação de excepcionais". No ensino superior, esse disfarce também existia: a mesma rubrica juntava as bolsas de estudo, as residências de estudantes e as subvenções às universidades e estabelecimentos isolados particulares.

Estava declarada a posição do CFE e do governo golpista de apoio à tremenda expansão do ensino superior particular, ao mesmo tempo em que se continha o setor público". (CUNHA, 2002, p. 41).

Parece que a transferência de responsabilidade social não é nova na área da educação. Observa-se no texto de Cunha, que faz muito tempo que o governo federal está transferindo, em todos os níveis de educação, a responsabilidade da educação pública para educação privada.

Neste trabalho, pela análise das estatísticas oficiais acerca do ensino superior detectou-se uma relação assimétrica na razão público/privado.

É possível concluir, que as IES públicas estão cedendo vagas, cada vez mais para IES privadas, seja pela desaceleração do crescimento de vagas nas IES públicas, seja pelo incentivo governamental em linhas de créditos para alunos de IES privadas.

Existem duas vertentes para o crescimento de vagas nas IES privadas: a primeira é a falta de verbas do governo federal para investir em mais prédios públicos, mais professores e mais estruturas institucionais; a segunda vertente seria pelo incentivo do crescimento da iniciativa privada para geração de novos empregos e maior arrecadação de impostos, ou seja, é muito mais barato dar créditos aos alunos da iniciativa privada e em contrapartida receber maior valor de impostos, sem contar com a despreocupação de alocação da mão-de-obra e gastos fixos constantes em estruturas burocráticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, L.C.; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. São Paulo: FGV, 1999.
- ALMEIDA, Cleide Rita Silvério. O Brasão e o Logotipo – Um estudo das novas universidades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- ARANHA, Maria Lúcia de. História da Educação. 2 ed. ver. e atual.. São Paulo:Moderna, 1996.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior - ABMES, 2003, disponível em <<http://www.abmes.org.br/Home/index.asp>>
- AZEVEDO, Sérgio de. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol 15, nº 44, 2000.
- BELLONI, Isaura. Notas sobre financiamento de educação superior. In: Câmara dos Deputados/ COED, Avaliação Técnica do PNE, DF, 2004.
- BRASIL. Caderno do III CONED (Congresso Nacional de Educação) realizado em Brasília, 2000 pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FONDEP).
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. Congresso. Projeto de Lei nº 2546/2003
- _____. Congresso. Projeto de Lei nº 3476/2004.
- _____. Decreto nº 5.205 de setembro de 2004.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004.
- _____. Medida Provisória nº 213, de 13 de setembro de 2004.
- _____. Plano Nacional de Educação de 9 de janeiro de 2001.
- _____. Política Nacional de Desenvolvimento Regional PNDR (Sumário Executivo), Ministério da Integração Nacional, 2004.
- _____. Reforma universitária: Anteprojeto de Lei. Brasília/DF. Dez. 2004.

_____. Secretaria de Educação Superior disponível em
<<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=category§ionid=1&id=88&Itemid=496>>

_____. UNESCO, 2006, disponível em
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001289/128951por.pdf>>

CUNHA, Luiz Antônio.; GÓES Moacir de. O Golpe na Educação. 11^a ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento? In: Trindade H. A universidade em ruínas na república dos professores. 2^a ed. Petrópolis: Vozes; 2000a.

_____. Revista de Ciência e Educação. O ensino superior no octênio FHC. Campinas, vol. 24, n. 82, p.1-130, abril de 2003.

FERREIRA, Aurélio B. de H. Novo dicionário básico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. de. Revista da UFG - Tema Ensino Superior. Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás - Ano VII, n^o. 2, dezembro de 2005.

FIGUEIREDO, Hermes. 2006, disponível em
<<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1385704-5598,00.html>>

GENRO, Tarso. Educação e Transição. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 jul. 2004. Caderno Tendências/Debates, p.3.

HADDAD, Fernando, Folha de São Paulo, 04 de maio de 2007, disponível em
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u385692.shtml>>

LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. *Educ. Soc.*, out. 2004, vol.25, no.88, p.867-891. ISSN 0101-7330.

MANCEBO, Deise, *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 845-866, Especial – Out, 2004.

MARQUES, Eduardo. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. *Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais – BIB*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 67 – 102, 1^o sem. 1997.

MEC - Ministério da Educação e Cultura. Senso. Brasília, 2002, disponível em
<<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php>>

PARAGUASSÚ, Lisandra. abril, 2007, disponível em
<http://www.stela.org.br/clipping/portal_sinaes/2006_12_13_3_ig.htm>

RISTOFF, Dilvo Boyer. Commission: o modelo americano em debate. In: Trindade H. A universidade em ruínas na república dos professores. 2a ed. Petrópolis: Vozes; 2000a.

SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma nova política educacional. São Paulo: Autores Associados, 1998.

SILVA, Patrícia Barboza da. 2007, Brasil escola, disponível em
<<http://www.brasilecola.com/historia/culturaurbana.htm>>

STIVAL, David. Revista Diálogo. Por uma nova política educacional no ensino superior, vol. n^o 8, p. 19-38, jan-jun 2006. Centro Universitário Lasalle – Canoas, RS.

VOGT, Carlos. Universidades, 2003, disponível em
<<http://www.comciencia.br/reportagens/universidades/uni03.shtml>>

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. O que é universidade. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros passos, 91).

WEBER, Demétrio. O Globo, 2006, disponível em
<<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2006/12/12/286999891.asp>>